

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

*CAMPUS* TIANGUÁ

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

**(Alteração do PPC)**

**TIANGUÁ, 2018**

****

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

*CAMPUS* TIANGUÁ

**Presidente da República**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Ministro da Educação**

José Mendonça Bezerra Filho

**Secretária da Educação Profissional e Tecnológica**

Eline Neves Braga Nascimento

**Reitor do Instituto Federal do Ceará**

Virgílio Augusto Sales Araripe

**Pró-reitor de Ensino**

Reuber Saraiva de Santiago

**Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

José Wally Mendonça Menezes

**Pró-reitor de Extensão**

Zandra Zandra Dumaresq

**Diretor Geral do Campus Tianguá**

Jackson Nunes e Vasconcelos

**Chefe do Departamento de Ensino**

Clemilton da Silva Ferreira

**Coordenadora Técnico-Pedagógica**

Ariane Sales Costa

**Coordenador do Curso de Licenciatura em Física**

Carlos Walkyson Assunção Silva

**Coordenador de Pesquisa**

Rafael Fiusa de Morais

**Coordenadora de Extensão**

Sabrina Kelly Nogueira Falcão Soares

**COLEGIADO DO CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Portaria Nº 084/GDG, de 14 de dezembro de 2017

Carlos Walkyson Assunção Silva

**Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Física**

Ariane Sales Costa

**Pedagoga**

Alex Sander Barros Queiroz

**Representante Docente**

Samantha Macedo Lima

**Representante Docente da área pedagógica**

Dogival Alencar da Silva

**Representante Docente da área pedagógica (suplente)**

Hamilton Victor da Silva Júnior

**Representante Docente**

Antonio Francisco Canuto do Nascimento Rodrigues

**Representante Docente**

Lucas Freitas Campos

**Representante Docente (suplente)**

Fernanda Cavalcante de Souza

**Representante Discente**

Francisca Moreira de Oliveira

**Representante Discente**

**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Portaria Nº 072/GDG, de 24 de outubro de 2017

Carlos Walkyson Assunção Silva

**Especialista em Docência para o Ensino Superior e em Supervisão e Gestão Educacional**

Antônio Francisco Canuto do Nascimento Rodriguez

**Mestre em Matemática em Rede Nacional**

Alex Sander Barros Queiroz

**Doutor em Engenharia de Teleinformática**

Felipe Moreira Barboza

**Doutor em Física**

Francisco Welves Pereira Maia

**Graduado em Ciências Biológicas**

Hamilton Victor da Silva Junior

**Mestre em Ensino de Física**

Dogival Alencar da Silva

**Mestre em Educação**

Maria Artemis Ribeiro Martins

**Mestre em Educação**

**MENÇÃO HONROSA**

Franzé

Alex Sander

Ariane

**SUMÁRIO**

1. APRESENTAÇÃO
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
3. CONTEXTO DA REGIÃO DA IBIAPABA E DE TIANGUÁ
4. JUSTIFICATIVA DO CURSO
5. OBJETIVOS DO CURSO
6. FORMAS DE INGRESSO
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO
8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL
9. METODOLOGIA
10. ESTRUTURA CURRICULAR
11. FLUXOGRAMA CURRICULAR
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR
14. ESTÁGIO
15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES
16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES
17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
18. EMISSÃO DE DIPLOMA
19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO
21. APOIO AO DISCENTE
22. CORPO DOCENTE
23. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
24. INFRAESTRUTURA
25. REFERÊNCIAS
26. ANEXOS DO PPC

Ementas e bibliografias – PUD

#### DADOS DO CURSO

Identificação da Instituição de Ensino

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará –*campus* Tianguá | | |
| **CNPJ:** 10.744.098/0019-74 | | |
| **Endereço:** Rodovia CE 187, s/n - Aeroporto, CE-187 – CEP: 62320-000 | | |
| **Cidade:**Tianguá | **UF:**CE | **Fone:** 88-3671-7900 |
| **E-mail:** [gabinete.tiangua@ifce.edu.br](mailto:gabinete.tiangua@ifce.edu.br) | **Página institucional na internet:** [www.ifce.edu.br/tiangua](http://www.ifce.edu.br/tiangua) | |

Informações gerais do curso

|  |  |
| --- | --- |
| Denominação | Curso de Licenciatura em Física |
| Titulação conferida | Licenciado em Física |
| Nível | ( ) Médio ( X ) Superior |
| Forma de articulação  com o Ensino Médio | ( ) Integrada ( ) Concomitante ( ) Subsequente |
| Modalidade | ( X ) Presencial ( ) A distância |
| Duração | 8 semestres (matutino)  9 semestres (noturno) |
| Periodicidade | ( ) Semestral ( ) Anual |
| Formas de ingresso | ( X ) Sisu ( X ) vestibular ( X ) transferência ( X ) diplomado |
| Número de vagas anuais | 70 vagas |
| Turno de funcionamento | ( X ) matutino (X ) noturno |
| Ano e semestre do início do funcionamento | 2010.2  2018.1 (novo projeto) |
| Carga horária dos componentes  curriculares (disciplinas) | 2.290 horas (Diurno)  2.640 h.a. (Noturno) |
| Carga horária do estágio | 400 horas(Diurno)  480 h.a. (Noturno) |
| Carga horária da Prática como Componente  Curricular | 470 horas(Diurno)  480 h.a. (Noturno) |
| Carga horária das  atividades complementares | 200 horas |
| Carga horária total | 3.360 h  3.200 h |
| Sistema de carga horária | 01 crédito = 20h |
| Duração da hora-aula | 60 minutos (Matutino)  50 minutos (Noturno) |

**APRESENTAÇÃO**

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Física (PPC) constitui-se em instrumento de identificação, definição e organização do curso. Este projeto apresenta a alteração do curso ofertado pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE *campus* Tianguá, desde a sua criação pela Resolução Nº 023, de 31 de maio de 2010 e o seu reconhecimento pela Portaria do MEC Nº 815, de 29 de outubro de 2015.

A alteração dá-se em função da necessidade de se adequar à legislação educacional, no atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), particularmente das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior em Cursos de Licenciatura e, internamente, à resolução do Conselho Superior (CONSUP) do IFCE que define o alinhamento da matriz dos cursos de licenciatura em Física no IFCE.

Este PPC propõe a atualização curricular exigida de legislações específicas, da contínua produção de conhecimento e avanços tecnológicos e de mudanças culturais, o que implica em alterações nos modos de pensar, produzir e nas relações entre os sujeitos. Apresenta atualização do acervo bibliográfico, do quadro docente e administrativo e da infraestrutura do *campus*.

O processo de reformulação deu-se a partir da aprovação da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN) pelo Colegiado do Curso, para elaborar uma Matriz Curricular de 9 (nove) semestres para o curso com oferta no turno noturno e de 8 (oito) semestres para a oferta no turno matutino, garantindo-se a carga horária mínima de 3.200 horas aos acadêmicos.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) reuniu-se para definir as alterações apresentadas pela proposta de alinhamento, discutir questões pertinentes para a melhoria da qualidade do curso ora ofertado, apreciar e votar as produções, etc.

Este documento apresenta inicialmente a contextualização da instituição a partir do histórico e identificação do IFCE e do *campus* Tianguá, justificativa, fundamentação legal, requisito e formas de ingresso, áreas de atuação e perfil esperado do futuro profissional.

Apresenta ainda, a proposta curricular, concepção de avaliação, normas constantes no Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, a Prática como Componente Curricular (PPC), o estágio curricular obrigatório e as Atividades Complementares à formação do futuro professor.

Também estão descritas as demais normas que dizem respeito a aproveitamento de conhecimentos anteriores e de trabalho de conclusão de Curso (TCC), a proposta de avaliação do projeto e as políticas institucionais constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de apoio ao discente.

**CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem entre seus objetivos ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, com vistas à formação de docentes para a educação básica e para a educação profissional, bem como potencializar as competências humanas com vistas à formação crítica.

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Física, na modalidade presencial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *Campus* Tianguá.

A estrutura curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, nº 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior de graduação plena em Física, por meio dos Pareceres CNE/CP 21/2001, de 6 de agosto de 2001, CNE/CP 28/2001, de 18 de janeiro de 2002,CNE/CES 1.304/2001, de 7 de dezembro de 2001, CNE/CP nº 003/2004, de 10 de março de 2004, CNE/CES n° 15/2005 de 13 de maio de 2005,CNE/CP nº 8/2012, de 6 março de 2012, CNE/CP nº 14/2012, de 6 de junho de 2012, e CNE/CP n° 02/2015, de 9 de junho de 2015, e nas Resoluções CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002 , CNE/CP 9, de 11 de março de 2002, CNE/CES 9/2001, de 18 de janeiro de 2002, CNE/CP n° 01 de 17 de junho de 2004, CNE/CP n° 02 de 15 de junho de 2012, e nos decretos n° 4.281 de 25 de junho de 2002 e n° 5.626 de 22 dezembro de 2005.

Esse arcabouço legal estabelece os princípios e as diretrizes gerais à elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores. Entre os princípios destacamos: a competência como concepção nuclear na orientação do curso; a coerência entre a formação oferecida e o que se espera do professor; a aprendizagem como processo de construção do conhecimento; a pesquisa com foco no processo de ensino aprendizagem; a obrigatoriedade de um projeto pedagógico para cada curso; a avaliação integrada ao processo de formação; os conteúdos das disciplinas como meio e suporte para a constituição das competências.

Como norteadora desta proposta está a compreensão da educação como uma prática social transformadora, para além da mera instrumentalização técnica e reprodutibilidade de saberes, ou seja, a educação como espaço da crítica e da contra alienação, espaço marcado de demandas políticas historicamente situadas.

Em outras palavras, essa prática se materializa na missão do IFCE, numa perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com demandas da sociedade e com o setor produtivo, na busca por formar um profissional comprometido com seus deveres e consciente de seus direitos enquanto cidadão, competente, técnica e eticamente, e envolvido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais da sociedade.

Procura-se construir um projeto pedagógico que visa proporcionar uma formação ampla e criticamente engajada ao discente, integrando os conhecimentos científicos específicos com as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em síntese, este escopo deve também dialogar com as diversas tecnologias educacionais que exigem do educador um fazer pedagógico comprometido com as demandas contingenciais de seu tempo e, ainda, comprometido com as demandas de um futuro desestabilizador de desigualdades sociais.

Por conta disso, o IFCE traz como missão, visão e valores:

**MISSÃO**: Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

**VISÃO**: Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

**VALORES**: Nas suas atividades, o IFCE valorizará, o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

**Histórico do IFCE**

A Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica no Brasil, na qual o Instituto Federal do Ceará está inserido, vem, ao longo de mais de cento e cinco anos, atuando em todo o país como irrefutável referência de ensino, pesquisa e extensão.

Nesta perspectiva, o Instituto Federal do Ceará, nas localidades onde finca sua bandeira, traz consigo a insígnia de uma instituição comprometida com o saber ensinar, o saber pesquisar e o saber dialogar com os mais diversos setores da comunidade local. Tais prerrogativas se fundam no horizonte de sua missão: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

Nesse contexto o IFCE relaciona-se com o amplo circuito de nichos socioeconômicos, reverberando em atuação efetiva em vários segmentos, sejam de tecnologia, de serviços, de recursos humanos, de formação docente e outros.

A história do IFCE remonta a 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou, mediante o Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas à formação profissional dos pobres e desvalidos da sorte. No ano de 1941, com o início do processo de industrialização no Brasil ocorreu a transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza. No ano seguinte, passa à denominação de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios, mas certamente voltados ao atendimento das exigências do momento vivido pelo parque industrial brasileiro, como forma de contribuir com o processo de modernização do país.

O crescente processo de industrialização, realizado anteriormente apenas com tecnologias importadas, provocou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. Segundo a Lei Federal n° 3.552,de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Industrial de Fortaleza ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão, a deformar profissionais técnicos de nível médio.

A referida escola, no ano de 1965, passa à denominação de Escola Industrial Federal do Ceará. Em 1968 recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. Com isso, foi se desenvolvendo a trajetória de consolidação da imagem de instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica gerada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica, foi criado no Paraná, no Riode Janeiro e em Minas Gerais.

Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas da rede federal, é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET/CE, mediante a publicação da Lei Federal n° 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal atrás mencionado, o CEFET/CE somente foi implantado efetivamente em 1999.

Cabe aqui registrar que, no interstício entre a publicação da citada lei e a efetiva implantação do CEFET-CE, mais precisamente em 1995, com o objetivo de promover a interiorização do ensino técnico, a instituição estendeu suas atividades a duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza. Em 1998, foi protocolizado junto ao MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845.

O Ministério da Educação - MEC, reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto n° 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A reconhecida importância da Educação Profissional e Tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federaisde Educação Tecnológica. Ganha corpo então o movimento pró-implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O Governo Federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 312 *campi* espalhados por todo o país e cada um constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média eTecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

A Educação Profissional e Tecnológica, graças à visão estratégica do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2008, salta de 140 unidades, em 93 anos, para 354, em 2010, com a meta de atender um milhão de alunos, estando assim efetivada a maior expansão de sua história.

Hoje, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará dispõede 30 *campi* implantados, e alguns em implantação, distribuídos em todas as regiões do Estado. O IFCE é uma instituição que se pauta pela oferta de uma educação inclusiva e de qualidade, com foco no desenvolvimento social e econômico das regiões onde estão localizadas.

Os trabalhos de instalação das novas sedes se iniciam com a mobilização das respectivas prefeituras dos municípios aonde serão implantados, com vistas apromover uma discussão acerca da demanda local por cursos superiores e técnicos, processo decisório que igualmente envolve toda a comunidade.

A ampliação da presença do IFCE no interior do Estado atende a meta do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica eleva em consideração a própria natureza dos Institutos Federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção ao êxodo de jovens estudantes para a capital.

O Instituto Federal do Ceará está presente em todas as regiões do Estado, atendendo atualmente um número acima de 25.6641 estudantes, por meio da ofertade cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciaise a distância. São oferecidos cursos superiores tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação, mais precisamente, especializaçãoe mestrado. Os doutorados oferecidos são interinstitucionais – DINTER.

Completando as ações voltadas à profissionalização no Ceará, foram implantados 50 Centros de Inclusão Digital (CIDs) e dois Núcleos de Informação Tecnológica (NITs), em parceria com o Governo do Estado, com o propósito de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual.

O IFCE coordena também o programa de Educação a Distância no Estado, com 29 polos espalhados em municípios cearenses, ofertando, via rede, cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional, respectivamente por meio dos projetos Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TECBrasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (pró-funcionário).

**O IFCE - *Campus* Tianguá e sua história**

A cidade de Tianguá, importante polo econômico e cultural da região ibiapabana, foi contemplada com uma unidade do IFCE dentro do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará, surgindo assim o *Campus* de Tianguá.

A oferta dos cursos foi precedida de audiências públicas, com o intuito de identificar as necessidades da sociedade local, objetivando levar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, disponibilizar Educação Profissional e Tecnológica de qualidade aos jovens em formação da região da Ibiapaba. Aliado ao ensino, o IFCE Tianguá desenvolve pesquisas e projetos de extensão direcionados a toda a comunidade da região.

Descentralizando o ensino da capital do estado, o *Campus* de Tianguá garante a fixação dos estudantes em sua região de origem, assegurando a permanência dos jovens em suas cidades e fortalecendo assim o sentimento de pertença da comunidade, além de gerar o desenvolvimento socioeconômico local. Além da ofertade uma educação pautada nos princípios da excelência, da cidadania, do humanismo, da inovação, do empreendedorismo, da liberdade de expressão e da socialização do saber através do conhecimento desenvolvido de forma inter e transdisciplinar, o*campus* de Tianguá visa à formação de um novo cidadão.

As primeiras turmas do *Campus*, inaugurado em 2010, eram compostas pelos cursos técnicos em Agricultura e Informática, além do curso superior de Licenciatura em Física. Na época, o *campus* contava com uma área construída de 1.595 m², passando nos anos de 2014 a 2015 por uma ampliação em sua estrutura, resultando em dois novos blocos, sendo um dedicado inteiramente a novas salas, laboratórios e uma área de convivência. No bloco anexo, há uma oficina de manutenção, o almoxarifado e duas salas de coordenações, além das salas para incubadora e ensino, que já foram inauguradas.

Em meados de 2013, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) já contava com 23 unidades, distribuídas em todas as regiões do Estado localizados nos municípios de Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Época em que o *campus* de Tianguá deixou de ser um “*campus* avançado” para tornar-se um *campus* com autonomia administrativa, conforme Portaria Nº 330 de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União Nº 78 de 24 de abril de 2013.

O *Campus* de Tianguá tem por objetivo disponibilizar educação profissional e tecnológica de qualidade, além de desenvolver pesquisas e projetos de extensão, direcionados à comunidade da região da Serra da Ibiapaba. Fazendo parte do programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Ceará, complementando a oferta de cursos do *campus* de Acaraú. Os cursos da entidade, definidos após audiências públicas na localidade, têm o objetivo de levar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Além da oferta de uma educação pautada nos princípios da excelência, da cidadania, do humanismo, da inovação, do empreendedorismo, da liberdade de expressão e da socialização do saber através do conhecimento desenvolvido de forma inter e transdisciplinar, o *Campus* de Tianguá visa à formação de um novo cidadão.

Localizado na Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, Chapada da Ibiapaba e Costa da Ibiapaba, o *campus* oferece educação a uma região montanhosa que localiza-se nas divisas dos estados do Ceará e Piauí. Segundo dados do censo/IBGE possui uma área de 5.071,142 km² e uma população de 335.055 habitantes. É formada pelas cidades cearenses de São Benedito, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ubajara, Tianguá, Carnaubal, Viçosa do Ceará, Croatá, Ipu e Tucuns.

É nesse contexto que o IFCE se insere, contribuindo com a formação de profissionais comprometidos com a realidade social, econômica e cultural para a grande região de Tianguá, uma opção de qualidade voltada para os alunos residentes no município e adjacências.

**JUSTIFICATIVADO CURSO**

A formação docente tem sido parte importante do debate acerca da política educacional brasileira nas últimas décadas. Destarte, “esse período recebe também a marca das discussões acerca da formação docente, pois sem uma adequada formação de professores, dentre outros fatores, não há ensino de qualidade” (MARTINS, 2014, p. 55). É nesse contexto, de retomada e intensificação da discussão acerca da formação docente no país, que se insere o debate sobre o lugar estratégico dos cursos de licenciatura na rede de ensino.

Dentre os poucos consensos existentes nesse debate, encontra-se aquele que afirma a necessidade de pensar em formação docente como uma das peças-chave para garantir a qualidade na educação. Sem a pretensão, nesse momento, de problematizar o quanto a formação do professor influencia no resultado final dessa qualidade, sabe-se que é imprescindível considerar a necessidade de existência dos cursos de licenciatura e de todo o aparato epistemológico construído ao longo destas formações para que o professor consiga desenvolver sua função social, seja nas escolas ou em outras instituições que lidam com o saber.

No cotidiano das escolas, não raro prevalece a ideia de que, para ser um bom professor, basta ter talento, conteúdo, experiência, cultura, ou mesmo intuição, por isso diversos cursos de formação de professores ainda focalizam a teoria desvinculada da prática em que predominou uma visão racionalizante do docente como um técnico a serviço da técnica (GAUTHIER, 1998).

Reforça-se que a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará é disseminar o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a formação de cidadãos aptos a aplicarem os conhecimentos acadêmicos, profissionais e culturais adquiridos de forma crítica e ativa em suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o progresso socioeconômico local, regional e nacional.

Conforme Martins (2014) os docentes e seu processo formativo “são peças fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade, possivelmente, há professores com curso de graduação, mas sem a qualificação devida para atuar em uma disciplina específica ou em determinada etapa” (MARTINS, 2014, p. 63).

O agravamento do *déficit* de docentes licenciados ocorre principalmente porque, nos últimos anos, a quantidade de alunos na Educação Básica tem crescido mais rapidamente do que o número de professores que se formam.

A “expansão do ensino trouxe uma nova clientela e, consequentemente, novos desafios e necessidades. Assim, gerou uma demanda por professores qualificados, ou seja, com a titulação exigida para o exercício da docência”. Tal demanda regulamenta-se pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 que, em seu artigo 62, afirma que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]” (BRASIL, 1996).

Dados revelam que, de acordo com o nível de formação dos professores brasileiros, 0,6% estudaram apenas até o ensino fundamental; 31,6% estudaram até o ensino médio; 43% concluíram um curso de graduação; 23,3% cursaram especialização e 1,3% cursaram mestrado ou doutorado (ALVES; PINTO, 2011).

Na região de Tianguá, existe espaço para profissionais de Física e, nesse sentido, o curso proposto contribuirá para a formação de professores que necessitam de domínio pleno dos conhecimentos nas leis da Física. Logo, eles podem permanecer no seu lugar de origem, dado o ciclo de desenvolvimento que nele se apresenta.

Esse objetivo do Curso se coaduna com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, que evidencia a importância da formação profissional, como um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável local e regional. O *Campus* Tianguá destaca, entre os seus objetivos: oferecer ao mundo do trabalho mão de obra local qualificada, cumprindo com a responsabilidade social que compete a toda instituição educacional.

Além desses aspectos, é importante ressaltar ainda que em Tianguá e municípios vizinhos, não há qualquer instituição pública que ofereça o curso de Licenciatura em Física na modalidade presencial e gratuita, portanto a oferta dele no IFCE *Campus* Tianguá se justifica para atender principalmente a demanda de formar professores de Física para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na região, mas que podem se especializar e voltar a trabalhar, gerando possibilidades até mesmo em outros mercados de trabalho além do ensino, mesmo que esse seja o principal foco.

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais (IFs) têm, dentre outros, o objetivo de ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica. Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem como missão produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. Nesse intuito, pautado no princípio de desenvolvimento regional e sustentável, o *campus* de Tianguá, oferece cursos que atendam às demandas da comunidade por meio da formação inicial e continuada, da educação profissional técnica, dos cursos superiores de bacharelado e licenciaturas, dentre estas, o curso de Licenciatura em Física.

O curso de Licenciatura em Física foi criado pela Resolução ad referendum do Conselho Superior do IFCE Nº 023, de 31/05/2010 e reconhecido pela Portaria Nº 815, de 29 de outubro de 2015, tendo obtido o conceito 4 na avaliação do Ministério da Educação (MEC). O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) propõe a reformulação do curso e se origina a partir de exigências que o novo contexto social, político e cultural em que estamos inseridos demanda, como também busca atender às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior em cursos de licenciatura (Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015).

**Contexto da Região da Ibiapaba e de Tianguá**

A região da Ibiapaba, conhecida como Serra Grande, é uma região montanhosa que se localiza no norte do Estado do Ceará, na divisa dos estados do Ceará e Piauí. De clima ameno e diversas áreas verdes, é uma região atraente em riquezas naturais e culturais. Região turística, polo indutor do ecoturismo, proporcionando para o visitante diversidade de paisagem, atrativos, gastronomia, esportes de aventura, festivais, expressões culturais-artísticas distintas.

Localizada a 315 km de Fortaleza, Capital cearense, a cidade de Tianguá possui, segundo dados do IBGE (Censo 2010), 68.901 habitantes, e se constitui em um centro de desenvolvimento dos municípios da região da Ibiapaba. Está situada na Mesorregião do Noroeste do Ceará, na Microrregião da Ibiapaba composta por 8 Municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará com uma população, nas áreas urbanas e rurais, conforme o quadro 1.

**Quadro 1** – População da Microrregião da Ibiapaba

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Município | Urbana | Rural | Total |
| Carnaubal | 7.960 | 8.786 | 16.746 |
| Croatá | 9.038 | 8.039 | 17.077 |
| Guaraciaba do Norte | 17.405 | 20.372 | 37.777 |
| Ibiapina | 10.743 | 13.067 | 23.810 |
| São Benedito | 24.556 | 19.630 | 44.186 |
| Tianguá | 45.828 | 23.073 | 68.901 |
| Ubajara | 15.350 | 16.442 | 31.792 |
| Viçosa do Ceará | 17.827 | 37.134 | 54.961 |
| Total | 148707 | 146543 | 295.250 |

Fonte: IBGE - Censo 2010

Tianguá funciona como um ponto estratégico na Região da Ibiapaba, vivendo do comércio e de atividades agrícolas e agropecuárias, com destaque para a hortifruticultura e cultivo de flores.

O índice de desenvolvimento industrial é pequeno, porém se observa no entorno o estabelecimento de indústrias de bebidas, confecções, metalurgia e a chegada das usinas de energia eólica.

O desenvolvimento do município e da região se fundamenta em várias frentes, desde a prospecção de crescimento industrial pela fundação de um parque industrial, além da intensa movimentação turística da região.

A formação de professores para a Educação Básica constitui um desafio para o IFCE diante da demanda social, política e econômica de desenvolvimento da educação na Ibiapaba.

A região de abrangência da 5ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 5) corresponde a nove municípios, cujo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2** - Municípios que compõem a CREDE 5 e IDEB correspondente.

|  |  |
| --- | --- |
| **MUNICÍPIO** | **IDEB 2013** |
| Viçosa do Ceará | 5,4 |
| Tianguá | 5,0 |
| Ubajara | 5,6 |
| Ibiapina | 4,8 |
| Carnaubal | 6,2 |
| Croatá | 5,1 |
| Guaraciaba do Norte | 5,9 |
| São Benedito | 4,2 |
| Ipu | 4,1 |

Fonte: INEP, 2014.

No sentido macro, as médias do IDEB 2013, segundo o INEP, foram as seguintes: Brasil: 4,0; Ceará: 4,1. Na região atendida pela CREDE 5, a média é de 5,1, um ponto acima das médias nacional e estadual. Os valores demonstram a um grande empenho por parte das esferas municipais e estadual no desenvolvimento educacional necessário à região, requisito imprescindível para o desenvolvimento humano e econômico, viabilizado pelo incentivo à instalação de indústrias, comércio e prestação de serviços em segmentos variados.

No contexto do município de Tianguá e região atendida pelo IFCE *Campus* Tianguá, há 49 escolas entre as que oferecem Ensino Fundamental e Ensino Médio, como se vê no quadro 3:

**Quadro 3** – Municípios e número de escolas de Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Total de escolas** | **Fundamental** | **Médio** |
| Viçosa do Ceará | 05 | 03 | 02 |
| Tianguá | 08 | 05 | 03 |
| Ubajara | 04 | 02 | 02 |
| Ibiapina | 04 | 02 | 02 |
| Carnaubal | 04 | 02 | 02 |
| Croatá | 01 | 00 | 01 |
| Guaraciaba do Norte | 05 | 02 | 03 |
| São Benedito | 08 | 05 | 03 |
| Ipu | 10 | 04 | 06 |
| Total | 49 | 25 | 24 |

Fonte: CREDE 5 / Sistema SIGE. Dados Coletados em 11/03/2016.

O quantitativo de escolas situadas na abrangência da CREDE 5 favorece compreender que há um elevado número de estudantes matriculados e, consequentemente, demanda por professores habilitados para atuar como professor de Física. O quadro abaixo traz o total de estudantes matriculados nas escolas municipais:

**Quadro 4** – Matrícula das escolas municipais da região de abrangência da CREDE5:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Município | **Ensino Regular** | | | **EJA** | | |
|  | **Ensino Fundamental** | | | **Presencial** | | |
| **Fundamental** | | |
| Total | Anos  Iniciais | Anos  Finais | Total | Fund. | Pres. |
| Viçosa do Ceará | 10.624 | 5.720 | 4.904 | 1.128 | 886 | 798 |
| Tianguá | 12.358 | 6.700 | 5.658 | 2.923 | 1.318 | 688 |
| Ubajara | 5.598 | 2.958 | 2.640 | 398 | 305 | 398 |
| Ibiapina | 3.704 | 1.974 | 1.730 | 281 | 233 | 281 |
| Carnaubal | 2.756 | 1.466 | 1290 | 121 | 102 | 121 |
| Croatá | 2.821 | 1.421 | 1.400 | 370 | 316 | 370 |
| Guaraciaba do Norte | 6.867 | 3.601 | 3.266 | 321 | 265 | 249 |
| São Benedito | 8.147 | 4.342 | 3.805 | 1.191 | 624 | 506 |
| Ipu | 6.374 | 3.304 | 3.070 | 1.509 | 1.022 | 931 |
| Total da CREDE | 59.249 | 31.486 | 27.763 | 8.242 | 5.071 | 4.342 |

Fonte: SEDUC/Coave/Ceged/Educacenso 2015. http://dados.seduc.ce.gov.br/

Os dados do ano de 2015 revelam um total de quase sessenta mil estudantes matriculados nas escolas municipais, sendo aproximadamente vinte e oito mil estudantes apenas nos anos finais do ensino fundamental. O quadro abaixo traz o total de matriculados no ensino médio no ano de 2015.

**Quadro 5** – Matrícula no ensino médio na região da Ibiapaba:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Município** | **Pública** | **Privada** | **Total** |
| Carnaubal | 922 | 0 | 922 |
| Croatá | 1210 | 0 | 1210 |
| Guaraciaba do Norte | 2131 | 105 | 2236 |
| Ibiapina | 1108 | 96 | 1204 |
| São Benedito | 2368 | 133 | 2501 |
| Tianguá | 3284 | 233 | 3517 |
| Ubajara | 1681 | 91 | 1772 |
| Viçosa do Ceará | 2657 | 49 | 2706 |
| **Total** | 15361 | 707 | 16066 |

Fonte: 5ª CREDE/ Sistema SIGE – informação coletada dia 11/03/2016.

O sistema educacional da Ibiapaba, excetuando o município de Ipu, apresentou em 2016 a demanda de 16.066 alunos do Ensino Médio. Do total de alunos matriculados, 95,6% estavam matriculados em escolas públicas e 4,4% estavam matriculados em escolas privadas. O município de Tianguá possui o maior número de alunos matriculados no Ensino Médio, representando 21,8 %.

Conforme Martins (2014) os docentes e seu processo formativo “são peças fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade, possivelmente, há professores com curso de graduação, mas sem a qualificação devida para atuar em uma disciplina específica ou em determinada etapa” (MARTINS, 2014, p. 63).

O agravamento do *déficit* de docentes licenciados ocorre principalmente porque, nos últimos anos, a quantidade de alunos na Educação Básica tem crescido mais rapidamente do que o número de professores que se formam.

A “expansão do ensino trouxe uma nova clientela e, consequentemente, novos desafios e necessidades. Assim, gerou uma demanda por professores qualificados, ou seja, com a titulação exigida para o exercício da docência” (idem, p. 58). Essa demanda se regulamenta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 que, em seu artigo 62, afirma que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]” (BRASIL, 1996).

Uma auditoria realizada em 2014 pelo Tribunal de Contas da União - TCU[[1]](#footnote-2), feita em parceria com tribunais de Contas dos Estados, indicou uma carência de 32 mil professores com formação específica em 12 disciplinas obrigatórias para o currículo do nível médio. Os maiores déficits de professores com formação específica na época eram nas disciplinas de física, química e sociologia.

Na região da Ibiapaba há demanda por docentes graduados em ciências da natureza, nesse sentido, o curso de Licenciatura em Física contribuirá para a formação de professores em Física.

O curso se identifica com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, que evidencia a importância da formação profissional, como um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável local e regional. O *Campus* Tianguá destaca, entre os seus objetivos: oferecer ao mundo do trabalho mão de obra local qualificada, cumprindo com a responsabilidade social que compete a toda instituição educacional.

Além desses aspectos, é importante ressaltar ainda que em Tianguá e municípios vizinhos, o IFCE *campus* Tianguá é a única instituição pública que oferece o curso de Licenciatura em Física na modalidade presencial e gratuita, portanto, esta oferta atende principalmente a demanda de formar professores em Física para atuar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A oferta, organização, desenvolvimento e avaliação do curso superior de Licenciatura em Física observa a legislação nacional em vigor que regulamenta a educação superior e, em particular, dos cursos de formação de profissionais do magistério. O curso está organizado e funciona a partir de diretrizes, resoluções ou pareceres do Conselho Nacional de Educação, além de documentos do MEC, com orientações ou parâmetros para a educação superior e educação básica, especificamente, para o ensino fundamental (anos finais) e o ensino médio.

Destacam-se os seguintes preceitos legais e normativos:

* Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas atualizações;
* Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE);
* Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES);
* Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
* Diretrizes Curriculares para os cursos de Física – Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002;
* PARECER CNE/CES Nº 492, de 03 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de variados cursos, dentre os quais, o de Licenciatura em Física;
* Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, publicadas pelo Ministério da Educação em 2013.

As Diretrizes de 2013 são uma coletânea que reúne as normativas “que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013). Traz orientações com pareceres e diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Contempla também, dentre outros segmentos e modalidades, orientações para o trabalho com temáticas de cunho humanístico, tais como educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnico-raciais. Compreende, portanto, a formação escolar como “o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos.” (ibid, 2013). Nessa perspectiva, “a educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças” (ibidem, 2013) e a abordagem de tais temas pode colaborar com a formação dos estudantes.

Essas normativas são frutos de debates, discussões e estudos, que contam com importantes atuações de movimentos sociais e de educadores brasileiros, muitas vezes em sintonia com os tratados, convenções e declarações internacionais ratificados pelo Brasil. Dentre elas, destaca-se a Lei 9.795/99, de 27/04/1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, abordando a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Para orientar a implementação da lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e superior.

Outra temática bastante discutida em âmbito nacional, refere-se à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena. Primeiramente, foi promulgada a lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, que incluiu na LDB, a obrigatoriedade de se trabalhar conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. Por isso, no ano seguinte, foi aprovada a Resolução CNE/CP 01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Posteriormente, a LDB foi alterada pela Lei Nº 11.645/2008 para incluir a proposta de se trabalhar também conteúdos referentes à educação indígena, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. Por conseguinte, foi aprovada em 2012, a Resolução CNE/CEB Nº 5, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Dessa forma, o curso de Licenciatura em Física se propõe a contribuir com a formação de professores, na perspectiva do respeito à diversidade cultural e étnica, em especial, no trabalho com a literatura produzida acerca dessas temáticas, inclusive por autores pertencentes a diferentes grupos étnicos.

A formação do acadêmico do curso de Licenciatura em Física passa também pelo respeito aos direitos humanos, pois parte do pressuposto que a “Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive e que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2012).

Os preceitos acima mencionados foram ratificados pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015 e, mais recentemente, pelo Decreto Nº 8.753, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Este apresenta, dentre outros objetivos, o de promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo.

Ressalte-se que o trabalho com esses e outros temas relacionados a problemáticas centrais da sociedade contemporânea, será efetivado de forma mista, tanto pela abordagem em componentes curriculares quanto de modo transversal, a partir do desenvolvimento de projetos interdisciplinares e realização de eventos em que se articule o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa, buscando-se, para isso, a parceria da Coordenadoria de Assuntos Estudantis do *Campus* e de organizações estudantis, como o Centro Acadêmico ou equivalente.

O artigo 2º das Diretrizes para a formação de profissionais do magistério definem princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam. Compreendem a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolve conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

O Artigo 3º considera também que, no exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional (BRASIL, 2015).

A Licenciatura em Física contribuirá com a formação de profissionais da educação, buscando atender aos princípios indicados pelas diretrizes e pelo decreto citados anteriormente, quais sejam:

I - formação docente como compromisso público, buscando assegurar o direito de adolescentes, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica;

II - compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

III - colaboração constante com o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;

IV - garantia de padrão de qualidade do curso de formação inicial de docentes na área de Licenciatura em Física;

V - articulação entre teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - projeto pedagógico que reflita a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegure a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar, e que efetive a integração entre teoria e as práticas profissionais;

VIII - articulação entre formação inicial e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;

IX – compreensão da formação inicial e continuada, como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano e projeto pedagógico da instituição educativa, e considerando os diferentes saberes e experiência docente;

X - compreensão dos profissionais do magistério como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

XI - o aproveitamento e o reconhecimento da formação, do aprendizado anterior e da experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;

XII - compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica;

XIII - promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social.

O projeto pedagógico do curso está elaborado de modo que contemple: sólida formação teórica e disciplinar dos profissionais; inserção dos estudantes nas instituições de educação básica da rede pública de ensino; o contexto educacional da região da Ibiapaba; as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos; a ampliação e o aperfeiçoamento da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores; domínio terórico-metodológico da física, de noções da Língua Brasileira de Sinais (Libras); e as questões socioambientais, éticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Adota-se, como referência até o momento, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999), na definição de conteúdos e abordagens metodológicas e avaliativas a serem trabalhados na Educação Básica no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio.

O presente Projeto Pedagógico de Curso atende também as normativas legais do Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, a saber: a Resolução N° 056, de 14 de dezembro de 2015 que aprova as alterações no Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD aprovado em 22 de junho de 2015 pela Resolução Consup Nº 35; o Regimento Interno do IFCE, Manual do Estágio, o Regulamento da Assistência Estudantil, como também a Lei 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

**OBJETIVOS DO CURSO**

**Objetivo geral**

Formar profissionais com competência para exercerem a carreira docente, com conhecimentos teóricos e práticos destinados ao ensino da Física, contribuindo para o desenvolvimento científico e da educação básica.

**Objetivos específicos**

O curso tem como propósitos específicos formar educadores com competência para:

1. Dominar conteúdos fundamentais e atualizar-se a respeito dos conhecimentos de física, assim como realizar sua articulação com outras áreas e com outros saberes;
2. Reconhecer a complexidade do processo educativo que envolve aspectos técnicos, éticos, coletivos e relacionais atuando de forma reflexiva;
3. Atuar em diferentes contextos de seu âmbito profissional, fazendo uso de recursos técnicos, metodológicos e materiais didáticos variados;
4. Planejar e desenvolver diferentes experiências didáticas em Física, reconhecendo os elementos relevantes às estratégias adequadas;
5. Elaborar ou adaptar materiais didáticos de diferentes naturezas, identificando seus objetivos formativos, de aprendizagem e educacionais;
6. Enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar seus futuros alunos para o conhecimento e a reflexão;
7. Adotar uma postura crítica de pesquisador sobre a própria prática em prol do seu aperfeiçoamento e da aprendizagem dos alunos;
8. Gerenciar seu próprio desenvolvimento profissional, entendido como um processo de formação contínua, adotando uma postura de disponibilidade e flexibilidade para mudanças;
9. Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
10. Desenvolver, executar, acompanhar e avaliar projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
11. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

**FORMAS DE INGRESSO**

O acesso ao Curso Superior de Licenciatura em Física do IFCE, *campus* Tianguá, destina-se ao candidato que tenha concluído o Ensino Médio ou equivalente, conforme determinações legais,e será feito por meio de:

1. Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU); ou
2. Processo seletivoaberto ao público para ingresso no primeiro período do curso, conforme edital específico do IFCE,para ingresso no primeiro período do curso.

A admissão também pode ocorrer por:

1. Reingresso, conforme estabelecido no Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD; ou
2. Transferência ou admissão de diplomados, conforme estabelecido no ROD e por edital específico.

**ÁREAS DE ATUAÇÃO**

O profissional formado pelo Curso de Licenciatura em Física do IFCE, *campus* Tianguá, terá como principal área de atuação profissional a docência na área da Físicana Educação Básica – anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio – em escolas públicas e particulares, podendo atuar em diferentes modalidades do ensino, como a educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação à distância.

Esteprofissional dedica-se, preferencialmente, à formação e à disseminação do saber científico em diferentes instâncias sociais,não se atendo ao ensino escolar formal,mas também em espaços não-formais de educação, como centros e museus de ciências, ou outros meios de comunicação.

O licenciado em Física poderá realizar atividades de pesquisa, análise e aplicação dos resultados de investigações, contribuindo com a divulgação científica, produção e difusão de conhecimentos na área de interesse da Física e do ensino de Física.

Poderá atuar também em outras atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais.

O egresso do curso poderá dar continuidade à sua formação acadêmica, ingressando preferencialmente na pós-graduação em Física ou em Educação.

**PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL**

O Físico deve ser um profissional que, apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados, seja capaz de abordar problemas relacionados à Física e esteja sempre preocupado em buscar novas formas do saber e do fazer científico ou tecnológico.

Dentre os perfis definidos pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Física, o Curso Superior de Licenciatura em Física forma o físico-educador que, poderá atuar no ensino escolar formal ou em espaços não-formais de educação, com o uso e o desenvolvimento de recursos técnico-científicos.

O licenciado em Física do IFCE, campus Tianguá, necessita de qualificações profissionais básicas comuns, que devem corresponder aos objetivos propostos para sua formação, por meio das seguintes competências:

1. Dominar princípios gerais e fundamentos da Física, estando familiarizado com suas áreas clássicas e modernas;

2. descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais;

3. diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados;

4. manter atualizada sua cultura científica geral e sua cultura técnica profissional específica;

5. desenvolver uma ética de atuação profissional e a consequente responsabilidade social, compreendendo a Ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sócio-políticos, culturais e econômicos.

O desenvolvimento dessas competências está associado à aquisição de determinadas habilidades básicas que são as apresentadas a seguir:

1. Utilizar a matemática como uma linguagem para a expressão dos fenômenos naturais;

2. resolver problemas experimentais, desde seu reconhecimento e a realização de medições, até à análise de resultados;

3. propor, elaborar e utilizar modelos físicos, reconhecendo seus domínios de validade;

4. concentrar esforços e persistir na busca de soluções para problemas de solução elaborada e demorada;

5. utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;

6. utilizar os diversos recursos da informática, dispondo de noções de linguagem computacional;

7. conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou uso de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados (teóricos ou experimentais);

8. reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais, especialmente contemporâneas;

9. apresentar resultados científicos em distintas formas de expressão, tais como relatórios, trabalhos para publicação, seminários e palestras;

10. planejar diferentes experiências didáticas em Física, reconhecendo os elementos relevantes às estratégias adequadas;

11. elaborar ou adaptar materiais didáticos de diferentes naturezas, identificando seus objetivos formativos, de aprendizagem e educacionais.

**METODOLOGIA**

A metodologia é concebida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração dos conhecimentos e capacidades, assegurando uma formação integral dos futuros docentes. Para a sua concretude, é recomendado considerar algumas particularidades dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, bem como os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares.

Para formar esse novo professor é necessário, além do domínio dos conteúdos específicos, outros conhecimentos, habilidades e competências, bem como a compreensão de diferentes dimensões da profissão docente. É de acordo com a base comum nacional, que orienta a organização dos cursos de formação de professores em nível superior, que a metodologia de ensino empregada durante o andamento do curso, deve garantir as recomendações postas nas diretrizes, tais como:

* O rígido cumprimento da matriz curricular através de aulas expositivas do conteúdo teórico, prático e pedagógico garantindo uma sólida formação teórica e interdisciplinar.
* Garantir a inserção dos estudantes do curso nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente, onde o aluno é inserido no seu futuro ambiente de trabalho de forma supervisionada por intermédio das disciplinas de estágio, onde buscará entender de forma crítica o funcionamento do sistema educacional. Desta forma, almeja-se inserir o licenciando no contexto educacional da região onde serão desenvolvidas suas atividades.
* Incentivar a prática da pesquisa como um princípio educativo, através do incentivo a participação de eventos concernentes as suas atividades de docência, que possibilite uma contextualização com as disciplinas teóricas voltadas a formação de um pesquisador.
* Propiciar uma assistência estudantil para que garanta um atendimento especializado aos alunos com necessidades específicas: tradução e interpretação em Libras, descrição, materiais didáticos especializados, dentre outros.
* Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas do curso e, ao mesmo tempo, preparar os alunos para utilização destes recursos em sua prática como professores. A correta utilização dos laboratórios de informática e demais recursos no trabalho docente visa contribuir como atividade prática das disciplinas voltadas a disseminação do uso das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação).
* Promover estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes através de tutorias, monitorias e cursos de nivelamento disponibilizados e divulgados em editais periódicos.
* Despertar através de palestras periódicas, na participação de projetos e durante todo curso, o interesse dos alunos relativo às questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

**ESTRUTURA CURRICULAR**

**Organização Curricular**

A proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Física do IFCE – *campus* Tianguá está fundamentada na formação de professores que deve acompanhar e compreender os processos educacionais e científico/tecnológicos dos dias atuais. Este profissional deverá estar atento às demandas da sociedade, através de atitudes investigativas que o conduzam a buscar estes saberes, sendo capaz de compreendê-los e disseminá-los. Para isso, a sua formação possui um conjunto de disciplinas obrigatórias que o possibilita ter uma visão geral dos fundamentos necessários para orientá-los nesta jornada científica.

Agregando a esta formação, o discente vislumbrará os aspectos pedagógicos que apresentarão os caminhos necessários para a organização e o funcionamento escolar e as diversas metodologias presentes no contexto da licenciatura. Com esta combinação, o estudante será capaz de atuar nas diversas áreas da Física, tornando-se um docente na educação básica, tecnológica ou até mesmo na pesquisa em ensino ou científica.

A estrutura curricular apresenta práticas laboratoriais, integrando a teoria e a prática na formação científica, garantindo uma melhor compreensão dos fenômenos físicos. O currículo oferece também, um grupo de disciplinas optativas que o encaminham para uma formação específica e, contemplando as particularidades regionais, uma expansão do seu conhecimento.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime semestral, distribuída em três núcleos, denominados de **básicos, específicos e profissional**.

Estas áreas possibilitarão o desenvolvimento de competências próprias à atividade docente, enfatizando os seguintes conhecimentos: cultura geral e profissional; conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação; conteúdos das áreas das ciências Física, Matemática e Química; conhecimento pedagógico e conhecimento advindo da experiência, tanto em laboratório quanto em sala de aula.

A Área de Formação Básica compreenderá os conteúdos obrigatórios referentes a conhecimentos fundamentais da Física, da Matemática e da formação pedagógica geral que aborda conteúdos relacionados à prática pedagógica.

As disciplinas que compõem a **Área de Formação Básica** são: Introdução à Física, Matemática Elementar, Química Geral, Mecânica Básica I, Mecânica Básica II, Mecânica Básica III, Métodos e Técnicas da Pesquisa Educacional, Eletricidade e Magnetismo I, Eletricidade e Magnetismo II, Termodinâmica, Ótica, Física Moderna I, Física Moderna II, Cálculo Diferencial e Integral I, Cálculo Diferencial e Integral II, Cálculo Diferencial e Integral III, Cálculo Diferencial e Integral IV, Álgebra Linear, Geometria Analítica, História da Educação, Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação, Currículos e Programas, Comunicação e Linguagem, Inglês Instrumental, Libras, Projeto de Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso.

A **Área de Formação Específica** compreenderá os conteúdos referentes a conhecimentos mais direcionados ao curso de Licenciatura em Física e as disciplinas de Física Experimental, sendo composta por: Física Experimental I, Física Experimental II, Física Experimental III, História da Física.

A Prática Profissional se estende ao longo do curso, garantindo dessa forma a inserção do aluno no contexto profissional. Neste projeto pedagógico, a Prática Profissional inicia-se no segundo semestre do curso e permeia toda a formação do futuro professor. As disciplinas que compõem a **Área de Formação Profissional** são: Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento, Didática, Informática Aplicada ao Ensino de Física, Metodologia do Ensino de Física, Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado IV e Projeto Social.

No curso diurno serão ofertadas as disciplinas de Política e Gestão Educacional e 01 (uma) Disciplina Optativa. No turno noturno,Física Contemporânea, Política Educacional, Gestão Educacional e 03 (três) Disciplinas Optativas.

A carga horária do curso de Licenciatura em Física com oferta **diurna** é estabelecida em um total de três mil e trezentos e sessenta horas (3.360 h), sendo 2.290 h de parte teórica, 470 h de Prática como Componente Curricular, 400h de estágio obrigatório e 200h de atividades acadêmicas, científicas e culturais a serem integralizadas em um prazo de 8 (oito) semestres.

A carga horária do curso com oferta **noturna** é estabelecida em um total de três mil e duzentas horas (3.200 h), correspondendo a três mil e seiscentas horas-aula (3.600 h.a) a 50 minutos cada aula para os componentes curriculares, mais 200h (60 minutos) de atividades acadêmicas, científicas e culturais, a serem integralizadas em um prazo de 9 (nove) semestres. As disciplinas serão estão distribuídas em 2.400 h.a de parte teórica, 480h.a de Prática como Componente Curricular e 480h.a de estágio obrigatório.

Além disso, no cumprimento da carga horária curricular, destaca-se ainda, que além de disciplinas presenciais, poderá ser ofertada, após regulamentação da PROEN e aprovação do Colegiado do Curso, até 20% da carga horária do curso na modalidade à distância, conforme estabelecido na portaria n° 4.059/MEC, de 10 de dezembro de 2004.

**Matriz Curricular**

Os conteúdos curriculares apresentam uma carga horária conforme a Matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Física apresentada nos quadros a seguir:

**Distribuição das disciplinas por período – Manhã**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sem. | Código | Componente  curricular | | Carga Horária | | | Créd. | Pré-requisito | Co-requisito |
| Total | Teoria | PCC |
| 1o |  | Matemática  Elementar | | 80 | 80 | - | 4 | - | - |
|  | Introdução à Física | | 80 | 60 | 20 | 4 | - | - |
|  | Comunicação e  linguagem | | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | Métodos e Técnicas da Pesquisa | | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação | | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | Química Geral | | 80 | 60 | 20 | 4 | - | - |
| Total | | | | 400 | 350 | 50 | 20 | - | - |
| 2o |  | Cálculo Diferencial e Integral I | | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Geometria analítica | | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Mecânica Básica I | | 80 | 60 | 20 | 4 | Matemática Elementar,  Introdução à Física | - |
|  | História da  Educação | | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | Psicologia do  desenvolvimento | | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | | | | 400 | 360 | 40 | 20 | - | - |
| 3o |  | Cálculo Diferencial e Integral II | | 80 | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral I | - |
|  | Álgebra Linear | | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Mecânica Básica II | | 80 | 60 | 20 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral I, Mecânica Básica I | - |
|  | Física Experimental I | | 40 | 40 | - | 2 | Mecânica Básica I | - |
|  | Psicologia da  Aprendizagem | | 80 | 70 | 10 | 4 | Psicologia do desenvolvimento | - |
|  | Inglês Instrumental | | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | | | | 400 | 370 | 30 | 20 | - | - |
| 4o |  | Cálculo Diferencial e Integral III | | 80 | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral II | - |
|  | Termodinâmica | | 80 | 60 | 20 | 4 | Mecânica Básica I, Cálculo Diferencial e Integral II | - |
|  | Mecânica Básica III | | 80 | 60 | 20 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral II, Mecânica Básica II | - |
|  | Política Educacional | | 80 | 70 | 10 | 4 | História da Educação | - |
|  | Didática | | 80 | 60 | 20 | 4 | História da Educação, Psicologia da Aprendizagem | - |
|  | | | | 400 | 330 | 70 | 20 |  | - |
| 5o |  | Cálculo Diferencial e Integral IV | 80 | | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral III | - |
|  | Eletricidade e Magnetismo I | 80 | | 70 | 10 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral III, Mecânica Básica III | - |
|  | Informática  aplicada ao Ensino da Física | 40 | | 20 | 20 | 2 | - | - |
|  | Currículos e  Programas | 80 | | 70 | 10 | 4 | Didática | - |
|  | Estágio  Supervisionado I | 100 | | 100 | - | 5 | Mecânica Básica II, Didática | - |
|  | | | 380 | | 340 | 40 | 19 |  | - |
| 6o |  | Física Moderna I | 80 | | 60 | 20 | 4 | Eletricidade e Magnetismo I | - |
|  | Eletricidade e Magnetismo II | 80 | | 70 | 10 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral IV, Eletricidade e Magnetismo I | - |
|  | Física Experimental II | 40 | | 40 | - | 2 | Física Experimental I, Termodinâmica | Eletricidade e Magnetismo II |
|  | Ótica | 80 | | 70 | 10 | 4 | Mecânica Básica III | - |
|  | Estágio  Supervisionado II | 100 | | 100 | - | 5 | Estágio Supervisionado I | - |
|  | | | 380 | | 340 | 40 | 19 |  | - |
| 7o |  | Física Moderna II | 80 | | 80 | - | 4 | Física Moderna I | - |
|  | História da Física | 40 | | 40 | - | 2 | Física Moderna I, Eletricidade e Magnetismo II | Metodologia do Ensino de Física |
|  | Metodologia do Ensino de Física | 80 | | 20 | 60 | 4 | Termodinâmica, Didática, Ótica | História da Física |
|  | Projeto de Pesquisa | 80 | | 80 | - | 4 | Métodos e Técnicas da Pesquisa, Física Moderna I | - |
|  | Estágio  Supervisionado III | 100 | | 100 | - | 5 | Eletricidade e Magnetismo I, Estágio Supervisionado II | - |
|  | | | 380 | | 320 | 60 | 19 | - | - |
| 8o |  | Projeto Social | 80 | | 20 | 60 | 4 | - | - |
|  | Física Experimental III | 40 | | 40 | - | 2 | Ótica, Física Moderna I | - |
|  | Libras | 60 | | 20 | 40 | 3 | - | - |
|  | Trabalho de  Conclusão de  Curso | 60 | | 20 | 40 | 3 | Projeto de Pesquisa, História da Física | - |
|  | Estágio  Supervisionado IV | 100 | | 100 | - | 5 | Metodologia do Ensino de Física, Estágio Supervisionado III | - |
|  | Optativa | 80 | | 80 | - | 4 | - | - |
|  | | | 420 | | 280 | 140 | 21 | - | - |

|  |  |
| --- | --- |
| Total Disciplina Obrigatória (h/a) | 3.160 |
| Atividades Complementares (h) | 200h |
| Total do Curso | 3.360h |

**Distribuição das disciplinas por período – Noite**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sem. | Código | Componente curricular | Carga Horária | | | Créd. | Pré-requisito | Co-requisito |
| Total | Teoria | PCC |
| 1o |  | Matemática  Elementar | 80 | 80 | - | 4 | - | - |
|  | Introdução à Física | 80 | 60 | 20 | 4 | - | - |
|  | Comunicação e  linguagem | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | Métodos e Técnicas da Pesquisa | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | Química Geral | 80 | 60 | 20 | 4 | - | - |
| Total | | | 400 | 350 | 50 | 20 | - | - |
| 2o |  | Cálculo Diferencial e Integral I | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Geometria analítica | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Mecânica Básica I | 80 | 60 | 20 | 4 | Matemática Elementar,  Introdução à Física | - |
|  | História da Educação | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | Psicologia do  desenvolvimento | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | | | 400 | 360 | 40 | 20 | - | - |
| 3o |  | Cálculo Diferencial e Integral II | 80 | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral I | - |
|  | Álgebra Linear | 80 | 80 | - | 4 | Matemática Elementar | - |
|  | Mecânica Básica II | 80 | 60 | 20 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral I, Mecânica Básica I | - |
|  | Física Experimental I | 40 | 40 | - | 2 | Mecânica Básica I | - |
|  | Psicologia da Aprendizagem | 80 | 70 | 10 | 4 | Psicologia do desenvolvimento | - |
|  | Inglês Instrumental | 40 | 40 | - | 2 | - | - |
|  | | | 400 | 370 | 30 | 20 | - | - |
| 4o |  | Cálculo Diferencial e Integral III | 80 | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral II | - |
|  | Termodinâmica | 80 | 60 | 20 | 4 | Mecânica Básica I, Cálculo Diferencial e Integral II | - |
|  | Mecânica Básica III | 80 | 60 | 20 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral II, Mecânica Básica II | - |
|  | Política Educacional | 80 | 70 | 10 | 4 | História da Educação | - |
|  | Didática | 80 | 60 | 20 | 4 | História da Educação, Psicologia da Aprendizagem | - |
|  | | | 400 | 330 | 70 | 20 |  | - |
| 5o |  | Cálculo Diferencial e Integral IV | 80 | 80 | - | 4 | Cálculo Diferencial e Integral III | - |
|  | Eletricidade e Magnetismo I | 80 | 70 | 10 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral III, Mecânica Básica III | - |
|  | Libras | 80 | 40 | 40 | 4 | - | - |
|  | Currículos e  Programas | 80 | 70 | 10 | 4 | Didática | - |
|  | Gestão Educacional | 80 | 70 | 10 | 4 | - | - |
|  | | | 400 | 330 | 70 | 20 | - | - |
| 6o |  | Física Moderna I | 80 | 60 | 20 | 4 | Eletricidade e Magnetismo I | - |
|  | Eletricidade e  Magnetismo II | 80 | 70 | 10 | 4 | Cálculo Diferencial e Integral IV, Eletricidade e Magnetismo I | - |
|  | Física Experimental II | 40 | 40 | - | 2 | Física Experimental I, Termodinâmica | Eletricidade e Magnetismo II |
|  | Ótica | 80 | 70 | 10 | 4 | Mecânica Básica III | - |
|  | Estágio  Supervisionado I | 120 | 120 | - | 6 | Mecânica Básica II, Didática | - |
|  | | | 400 | 360 | 40 | 20 | - | - |
| 7o |  | Física Moderna II | 80 | 80 | - | 4 | Física  Moderna I | - |
|  | História da Física | 40 | 40 | - | 2 | Física  Moderna I, Eletricidade e Magnetismo II | Metodologia do Ensino de Física |
|  | Metodologia do Ensino de Física | 80 | 20 | 60 | 4 | Termodinâmica, Didática, Ótica | História da Física |
|  | Optativa I | 80 | 80 | - | 4 |  | - |
|  | Estágio  Supervisionado II | 120 | 120 | - | 6 | Estágio Supervisionado I | - |
|  | | | 400 | 340 | 60 | 20 | - | - |
| 8o |  | Física  Contemporânea | 80 | 80 | - | 4 | História da Física | - |
|  | Física  Experimental III | 40 | 40 | - | 2 | Ótica, Física Moderna I | - |
|  | Optativa II | 80 | 80 | - | 4 |  | - |
|  | Projeto de Pesquisa | 80 | 80 | - | 4 | Métodos e Técnicas da Pesquisa, Física Moderna I | - |
|  | Estágio  Supervisionado III | 120 | 120 | - | 6 | Eletricidade e Magnetismo I, Estágio Supervisionado II | - |
|  | | | 400 | 400 | - | 20 | - | - |
| 9o |  | Projeto Social | 80 | 20 | 60 | 4 | - | - |
|  | Optativa III | 80 | 80 | - | 4 | - | - |
|  | Informática aplicada ao Ensino da Física | 40 | 20 | 20 | 2 | - | - |
|  | Trabalho de  Conclusão de Curso | 80 | 40 | 40 | 4 | Projeto de Pesquisa, História da Física | - |
|  | Estágio  Supervisionado IV | 120 | 120 | - | 6 | Metodologia do Ensino de Física, Estágio Supervisionado III | - |
|  | | | 400 | 280 | 120 | 20 | - | - |

|  |  |
| --- | --- |
| Total Disciplina Obrigatória (h/a) | 3.600 h.a (3.000h) |
| Atividades Complementares (h) | 200h |
| Total do Curso | 3.200h |

**Disciplinas Optativas**

Física Contemporânea – 80 h – 4 créditos (Matutino)

Mecânica Clássica – 80 h – 4 créditos

Física Matemática I – 80 h – 4 créditos

Física Matemática II – 80 h – 4 créditos

Introdução a Mecânica Quântica – 80 h – 4 créditos

Eletrodinâmica – 80 h – 4 créditos

Introdução à Física Estatística – 80 h – 4 créditos

Tópicos de Astronomia – 40 h – 2 créditos

Tecnologia da informática no ensino da física – 40 h – 2 créditos

Introdução à Robótica – 40 h – 2 créditos

Probabilidade e Estatística– Falar com Carlos

EDO– Falar com Carlos

Química Orgânica – 40 h – 2 créditos

Biologia – 40 h – 2 créditos – Ver com professor Welves

Biofísica – 40 h – 2 créditos

Introdução à Programação (BCC) – 80 h – 4 créditos

Linguagem de Programação I (BCC)– 80 h – 4 créditos

Programação Orientada a Objetos (BCC) – 80 h – 4 créditos

Elaboração de Objetos Digitais de Aprendizagem– 80 h – 4 créditos (H. Victor)

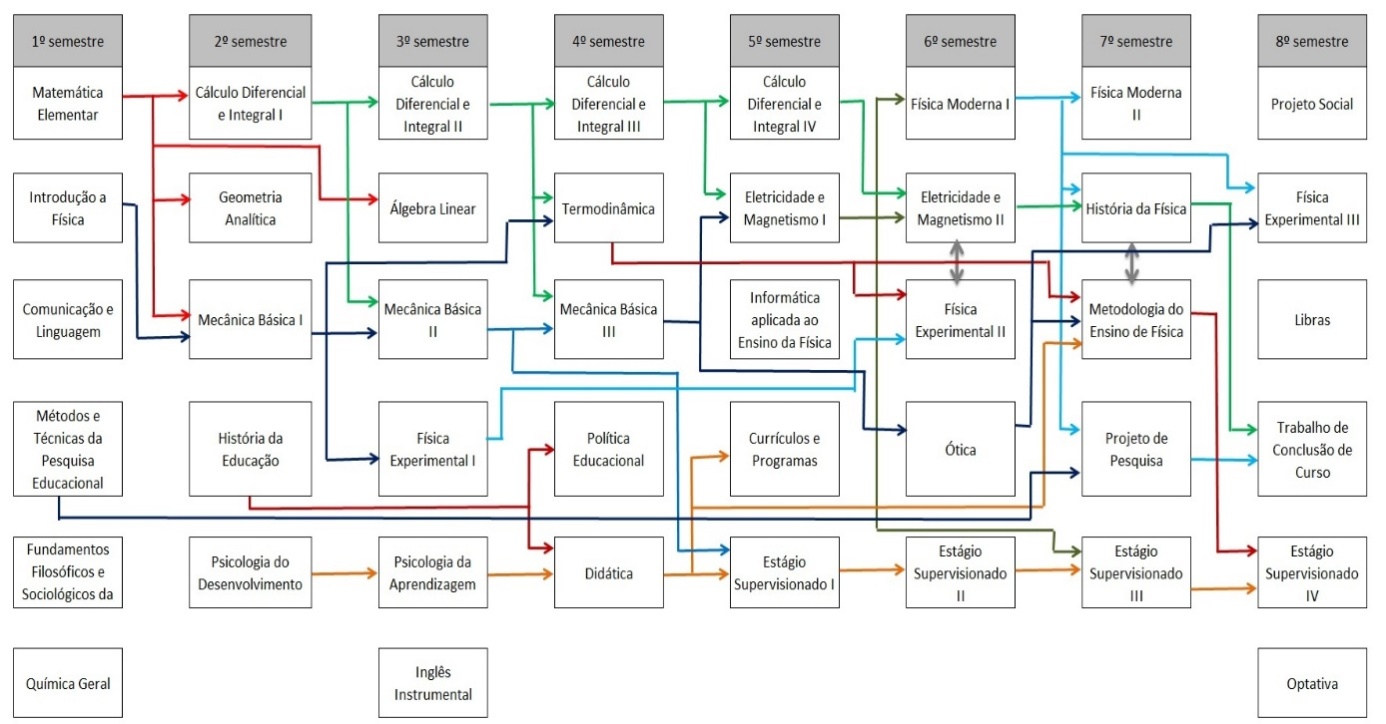
Educação Inclusiva – 80 h – 4 créditos – Ver a possibilidade de ter 2 créditos

Libras II – 80 h – 4 créditos – Ver a possibilidade de ter 2 créditos

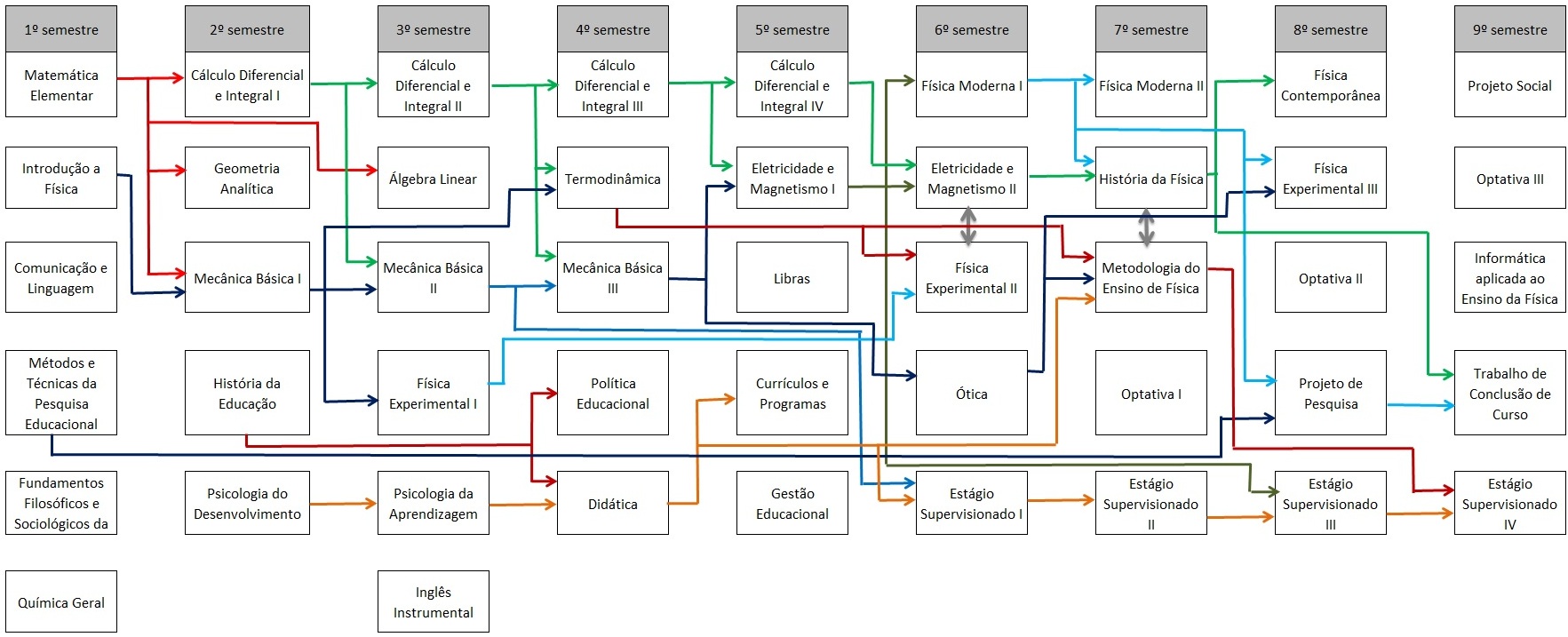
Educação Física – 80 h – 4 créditos

**FLUXOGRAMA CURRICULAR**

**Fluxograma do Curso Turno matutino**

****

**Fluxograma do Curso turno noite**



**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem deverá ser realizada através do acompanhamento da construção do conhecimento do discente assegurando a progressão dos seus estudos desenvolvendo a autonomia no seu processo de aprendizagem.Dessa forma, o aproveitamento acadêmico deverá ter um caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, estimulando a prática da pesquisa, da reflexão e do autodesenvolvimento.

Assim, a avaliação ocorrerá de forma contínua e processual através de trabalho individual ou em grupo, a partir da participação nas discussões em sala de aula; seminários; relatórios; resolução de exercícios; prova escrita e/ou oral e/ou práticas; autoavaliação; planejamento e execução de experimentos ou projetos; ou através da realização de eventos ou atividades abertas à comunidade.

A sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas com, no mínimo, duas avaliações cada. A média parcial (MP) de cada disciplina deverá ser obtida através da média ponderada das médias das etapas, com peso dois (2) para a primeira etapa (N1) e peso três (3) para a segunda etapa (N2), conforme a equação:

A aprovação do discente no componente curricular é condicionada a frequência mínima de 75% do total de horas letivas na disciplina e média parcial mínima igual a 7,0 (sete). Neste caso, a média parcial será igual a média final na disciplina.

Caso o aluno não atinja a média parcial mínima para aprovação, mas tenha obtido média parcial igual ou superior a 3,0 (três), será assegurado o direito de fazer a avaliação final (AF). Esta deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média parcial, podendo contemplar todo o conteúdo trabalhado no período letivo.

A média final (MF) será obtida pela média aritmética da média parcial e da nota correspondente da avaliação final, conforme a equação:

A aprovação após o processo de avaliação final na disciplina ocorrerá caso o discente obtenha média final mínima igual a 5,0 (cinco).

O discente que faltar em dia letivo poderá apresentar justificativa em até 5 (cinco) dias letivos após o primeiro dia de ausência. Para isso, deverá protocolar requerimento que será encaminhado à Coordenação do Curso, acompanhado de documentos que a comprovem, conforme art. 109 § 1º do Regulamento da Organização Didática (ROD) da instituição (IFCE, 2016), assegurando o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridos no período de sua ausência.

A segunda chamada das avaliações deverá ser agendada pelo docente do componente curricular em comum acordo com o estudante e comunicada à coordenadoria do curso.

Cabe ao docente ou ao colegiado, a deliberação em ata sobre alunos reprovados por excesso de faltas e aprovados por média, a partir de análise dos motivos devidamente justificados e documentados conforme procedimentos para justificativa de faltas estabelecida, conforme art. 109 § 6º do ROD.

O registro da análise e decisão adotada deverá ser feita pela CCA no sistema acadêmico mediante solicitação formal feita pela coordenadoria de curso ou, na sua impossibilidade, pela gestão máxima de ensino do campus, desde que sejam apresentadas a solicitação formalizada e a ata da decisão devidamente assinadas e anexadas à solicitação supramencionada, conforme art. 109 § 7º do ROD.

## PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

As Diretrizes Curriculares Nacionais concebem a “educação como processo emancipatório e permanente”, reconhecendo a “especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática”, pautada pela exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão. Sendo assim, a formação para o exercício da docência, no curso de Licenciatura em Física, requer o desenvolvimento de ações práticas integrantes das disciplinas do currículo.

Nessa perspectiva, os cursos de formação de professores para a educação básica em nível superior,devem se estruturar de modo a possibilitar, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, na área de formação e atuação na educação básica (BRASIL,2015, Art. 13).

A prática como componente curricular é entendida como “o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. (Parecer CNE/CES nº. 15/2005)

Para isso, a PCC é desenvolvida por meio de pesquisa acadêmico-científica, na qual o estudante poderá demonstrar capacidade investigativa, com a prática de procedimentos de pesquisa, observação, reflexão e registro das observações realizadas, análise de situações-problema do cotidiano escolar. As atividades de prática favorecerão também o relacionamento interpessoal e cultural dos estudantes.

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

A partir deste entendimento, o tempo destinado às atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) pode ser pensado “na perspectiva interdisciplinar, buscando uma prática como lugar de formação, articulação e formação da identidade de professor” (NETO; SILVA, 2013)., por meio de projetos integradores que são desenvolvidos a partir de situações-problema que garantem o exercício de atividades voltadas para a atuação e formação profissional do futuro professor.

O trabalho com projetos oportuniza aos estudantes utilizarem“instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos (BRASIL, 2015).

**ESTÁGIO**

O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, Art. 13. § 6º)

Nessa perspectiva, os cursos de formação de professores para a educação básica em nível superior, devem se estruturar de modo a possibilitar, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo e 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, conforme o projeto de curso da instituição (BRASIL,2015, Art. 13).

Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, com o acompanhamento de profissionais em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático (BRASIL, 2005).

**Estrutura e funcionamento do estágio supervisionado**

O Estágio Curricular Supervisionado compreende a etapa em que o licenciando unirá a teoria e a prática profissional educacional. Entende-se como Estágio Curricular Supervisionado, o período de aprendizagem, no qual o licenciando permanece em espaços de atuação docente com vistas a aprender a realidade da docência em pleno funcionamento, supondo assim, a realização de atividades específicas da sua área profissional sob a supervisão de um profissional já habilitado.

As diretrizes básicas para o estágio das Licenciaturas estão fundamentadas pelos dispositivos legais, a Resolução nº 02 de 01 de julho de 2015 CNE/CP e a Resolução nº 02/2002 CNE/CP/MEC e o Parecer n° 28/2001 CNE/CP. Consta do Parecer nº CNE/CP 28/2001 de 02/10/2008 que: “O estágio supervisionado é um modo de capacitação em serviço e que só deve ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de docente.” Como também considera a Resolução nº 02 do CP/CNE de 1º de julho de 2015 ao indicar no Art. 3º:

§6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente

Portanto, o Estágio supervisionado terá início no 5º semestre e se estenderá até o 8° período do curso, sendo realizado, preferencialmente, em escolas da rede pública de ensino de Tianguá – CE e localidades da região da Serra de Ibiapaba.

**Organização**

A carga horária do Estágio Supervisionado será de **400 (quatrocentas)** horas divididas entre as fases de observação compreendendo 100 (cem horas) de **Estágio de Observação no Ensino Fundamental**; 100 (cem horas) de **Estágio de Regência no Ensino Fundamental**; 100 (cem horas) de **Estágio de Observação no Ensino Médio** e 100 (cem horas) de **Estágio de Regência no Ensino Médio**.

Para os Estágios de Regência deve ser considerada a atuação de dois professores, sendo um da área pedagógica e outro da área específica da física, de modo a contribuir com uma prática interdisciplinar tanto do conhecimento da formação docente quanto do conhecimento específico, contribuindo assim, com o estagiário na execução de sua atuação profissional durante o estágio supervisionado. Essa atuação deverá ser prevista nos registros acadêmicos da disciplina, bem como no controle da carga horária de trabalho dos docentes.

**AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

A avaliação do estagiário realizada pelo professor orientador de Estágio, através de diversos instrumentos, tais como fichas de acompanhamento, orientações individuais e coletivas, seminários, produções de textos e relatórios. Terá caráter processual e contínua, considerando a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e será de responsabilidade do professor orientador do Estágio, acatando também, a qualquer momento, observações do professor regente da escola estagiada, considerando dessa forma, a complexidade do ato de avaliar.

Conforme Hoffman (2014. P. 74 )

É preciso analisar, a cada tarefa ou situação vivida pelo estudante, as diferentes dimensões de sua aprendizagem que podem abranger: conteúdos ou áreas do conhecimento, objetivos a serem alcançados, os jeitos de ensinar e de aprender (questões epistemológicas), o cenário educativa/avaliativo constituído para observar o alcance de tal aprendizagem...

. Quanto aos instrumentos de avaliação (Seminários e/ou Relatórios) serão determinados pelos Professores orientadores de Estágio em cada disciplina, respeitando-se a natureza e o objetivo do Estágio em cada uma delas e as orientações sobre os instrumentos avaliativos prescritos nos documentos institucionais vigentes. Ressalta-se o caráter processual da avaliação, pois, o Relatório de cada Estágio terá a anatureza de continuidade, pois, conside-se a importância das peculiaridades de cada estágio, desde os de Observações até os de Regências, como a construção da Práxis Educativa, ou seja, uma reflexão entre teoria e prática, desse forma dando sentido as Disciplinas que formam a etapa dos Estágios.

O funcionamento, a organização e a avaliação da aprendizagem nos estágios, bem como outros aspectos estarão disponíveis no Manual de Estagios (Supervisionados e de Observações) do Curso de Licenciatura em Física. Assim, são definidos instrumentos de investigação e intervenção como exercício no processo de avaliação dos discentes e o trabalho final de cada período. A seguir estes são apresentados, por semestre e estágio:

**5º semestre (Observação no Ensino Fundamental):**

- Estudos presenciais para formação teórica;

- Instrumentais de organização e orientação para ações na escola;

- Observação (dirigida) da escola de ensino fundamental;

- Elaboração da primeira parte do relatório de estágio.

**6º semestre (Regência no Ensino Fundamental):**

- Estudos presenciais para formação teórica;

- Instrumentais de organização e orientação para ações na escola;

- Projeto de intervenção (incluindo os planos de aula) para a escola de ensino fundamental;

- Elaboração da segunda parte do relatório de estágio.

**7º semestre (Observação no Ensino Médio):**

- Estudos presenciais para formação teórica;

- Instrumentais de organização e orientação para ações na escola;

- Observação (dirigida) da escola de ensino médio;

- Elaboração da terceira parte do relatório de estágio.

**8º semestre (Regência no Ensino Médio):**

- Estudos presenciais para formação teórica;

- Instrumentais de organização e orientação para ações na escola;

- Projeto de intervenção (incluindo os planos de aula) para a escola de ensino médio;

- Elaboração da quarta parte do relatório de estágio.

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As Atividades Complementares ou estudos integradores para enriquecimento curricular, constituem parte obrigatória e essencial da estrutura curricular dos cursos superiores. Nos cursos de licenciatura, segundo as novas Diretrizes Curriculares (Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015), parte da carga horária dos cursos se constitui de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Além disso, enriquecem o perfil acadêmico, estimulam o conhecimento intelectual e intensificam as relações do aluno com o mundo acadêmico e do trabalho. Essas atividades integram o currículo do curso e são indispensáveis para o discente integralizá-lo. Devem ser realizadas individualmente ou por equipes de alunos, preferencialmente orientadas por docentes e apoiadas pela equipe gestora do IFCE *Campus* Tianguá.

Essas atividades deverão ser desenvolvidas pelos licenciandos ao longo de sua formação, como forma de incentivar uma maior inserção em outros espaços acadêmicos, cabendo ao IFCE colaborar com por meio da ampliação das dimensões dos componentes curriculares constantes da formação docente, sendo de responsabilidade do discente realizá-las em período mínimo de 200 (duzentas) horas, as quais irão compor o currículo pleno do curso.

O objetivo das atividades complementares é diversificar e enriquecer a formação técnica, ética e cidadã oferecida no curso superior, por meio da participação do corpo discente em eventos visando contribuir para o enriquecimento do currículo do aluno. As atividades complementares que os alunos poderão participar, serão pontuadas segundocritérios, conforme apresentados nos quadros abaixo que estão subdivididos em grupos 1, 2, 3 e 4.

Os alunos deverão distribuir a carga horária dessas atividades acadêmicas, científicas ou culturais ao longo do curso, participando das atividades abaixo relacionadas. Podem ser consideradas como atividades complementares:

* **Atividades de Iniciação à Docênciae Enriquecimento Curricular**: Monitoria, Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); participação em projetos de ensino; estágio não obrigatório na área ou em áreas afins; cursos *online* na área ou em área afim, desde que certificados e aprovados pela Comissão.
* **Atividades de Iniciação Científica**: Grupos de pesquisa; trabalhos desenvolvidos pelos alunos sob orientação de docente, com ou sem apresentação em eventos científicos; seminários internos ou externos, publicados em anais; trabalhos científicos publicados em periódicos científicos; livros ou capítulos de livros publicados. Seminários extraclasse, oficinas e outros
* **Atividades de Extensão e Monitoria**: Participação em eventos no IFCE cadastradosno setor de Extensão; organização de eventos científicos e/ou culturais; viagem de estudo coordenada por docente do Curso, desde que integre projeto de extensão.
* **Mobilidade Estudantil** em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacionais;
* **Atividade de Representação Estudantil**: participação em comissões, órgão colegiado, órgãos administrativos; representação em Diretório ou Centro Acadêmico.

**Grupo 1 - Atividades de Iniciação à Docência e Enriquecimento Curricular**

**– Mínimo 40 h**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **TIPOS DE ATIVIDADES** | **CARGA**  **HORÁRIA**  **POR ATIVIDADE** | **CARGA HORÁRIA**  **MÁXIMA PARA**  **VALIDAÇÃO** | **DOCUMENTOS**  **COMPROBATÓRIOS** |
| 01 | Participação em cursos/minicurso da sua área de formação | Carga horaria do curso | 40 horas | Certificado de conclusão com carga horaria |
| 09 | Estagio não obrigatório na área do Curso | 40 horas por semestre | 80 horas | Declaração constando carga horaria, cópia do contrato e ficha de frequência |
| 10 | Trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do Curso | 20 horas por semestre | 40 horas | Declaração constando o vínculo empregatício. |
| 11 | Participação em visitas técnicas organizadas pelo IFCE-Tianguá | 5 horas por visita | 20 horas | Certificado de participação |
| 12 | Participação e aprovação em disciplina de enriquecimento curricular de interesse do Curso | Carga horaria da disciplina | 40 horas | Certificado de participação constando a carga horaria e o aproveitamento na disciplina |
|  | Participação em projetos/programas de iniciação à docência | 40 horas anuais | 80 horas | Relatório do professor orientador e cadastro do grupo de docência |
| 17 | Monitoria de componentes curriculares do Curso | 20 horas por semestre | 60 horas | Declaração de monitoria constando a carga horaria |

**Grupo 2 - Atividades de Iniciação Científica e Tecnológica**

**– Mínimo 40 h**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **TIPOS DE ATIVIDADES** | **CARGA**  **HORÁRIA**  **POR ATIVIDADE** | **CARGA HORÁRIA**  **MÁXIMA PARA**  **VALIDAÇÃO** | **DOCUMENTOS**  **COMPROBATÓRIOS** |
| 01 | Participação em congressos e seminários técnico-científicos | Carga horária do evento | 80 horas | Certificado de participação com carga horária |
| 02 | Participação em palestras de eventos, jornadas, seminários, congressos ou simpósios | 2 horas por palestra | 20 horas | Certificado de participação com carga horária |
| 03 | Participação como apresentador de trabalhos em congressos e seminários técnico-científicos | 10 horas por trabalho apresentado | 40 horas | Certificado de participação |
| 04 | Participação na organização de eventos de caráter acadêmico | 10 horas por evento | 40 horas | Certificado de participação |
| 05 | Publicação em anais de eventos científicos | 10 horas por material produzido | 40 horas | Cópia do material produzido |
| 06 | Publicação de artigos em revistas especializadas, livros e/ou capítulos de livros e matérias cientificas em jornais. | 20 horas por material produzido | 80 horas | Cópia do material produzido |
| 07 | Participação em Empresa Júnior ou Incubadora Tecnológica | 20 horas por semestre/projeto | 40 horas | Relatório do professor responsável |
| 08 | Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares | 20 horas anuais | 40 horas | Relatório dos professores constando o aproveitamento e a carga horaria total da atividade |
| 09 | Participação em grupo de pesquisa e/ou projeto de pesquisa desenvolvidos por professores do IFCE-Tianguá ou outras IES | 40 horas anuais | 80 horas | Relatório do professor orientador e cadastro do grupo de pesquisa |
| 10 | Produções técnico-científicas – elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, etc. | 20 horas por material produzido | 40 horas | Material produzido e relatório do orientador |

**Grupo 3 - Atividades de Extensão, de Cunho Comunitário e Representação Estudantil – Mínimo 20 horas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **TIPOS DE ATIVIDADES** | **CARGA**  **HORÁRIA**  **MÍNIMA** | **CARGA HORÁRIA**  **MÁXIMA PARA**  **VALIDAÇÃO** | **DOCUMENTOS**  **COMPROBATÓRIOS** |
| 01 | Participação semestral em Diretórios e Centros Acadêmicos, entidades de classe, conselhos e colegiados internos a instituição | 5 horas por atividade | 10 horas | Ata de reunião constando a participação |
| 02 | Participação em trabalho voluntário e atividades comunitárias | Carga horária do evento | 10 horas | Declaração constando a participação e carga horaria |
| 03 | Atuação como ministrante de palestras técnicas, seminários, ou cursos da área especifica em eventos de extensão | Carga horária da atividade | 40 horas | Certificado constando participação e carga horaria |
| 04 | Engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar, em Unidade Pública de Ensino | Carga horária da atividade | 40 horas | Declaração constando participação e carga horaria |
| 05 | Participação em projetos de extensão não remunerados e de interesse social | Carga horária da atividade | 60 horas | Certificado constando participação e carga horaria |
| 04 | Organização de eventos culturais no IFCE | 10 horas por evento | 20 horas | Certificado de participação |

**Grupo 4 - Atividades de Complementação da Formação Social Humana e Cultural – Mínimo 20 horas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **TIPOS DE ATIVIDADES** | **CARGA**  **HORÁRIA**  **MÍNIMA** | **CARGA HORÁRIA**  **MÁXIMA PARA**  **VALIDAÇÃO** | **DOCUMENTOS**  **COMPROBATÓRIOS** |
| 01 | Atividades esportivas | 10 horas por semestre | 20 horas | Declaração de  Participação com acarga horaria |
| 02 | Cursos de língua extracurricular | Carga horaria do curso | 40 horas | Certificado com carga horária |
| 03 | Participação e/ou exposição em atividades artísticas e culturais | 10 horas por atividade | 20 horas | Certificado de participação |

Os alunos deverão distribuir a carga horária dessas atividades acadêmicas, científicas ou culturais ao longo do curso, participando das atividades abaixo relacionadas:

1. Disciplinas extracurriculares ofertadas por outros cursos ministrados pelo n IFCE – *Campus Tianguá* em nível de graduação ou pós-graduação, desde que haja vaga e compatibilidade de horário. As referidas disciplinas cursadas serão registradas no histórico escolar, após validação pela coordenação de curso;
2. Disciplinas extracurriculares cursadas em outras Instituições de Ensino Superior, em cursos de nível superior ou pós-graduação, desde que o aluno apresente regularização de credenciamento do curso junto ao MEC, apresentação de PUD da disciplina e declaração de matrícula do aluno. Se validadas pela coordenação do curso, as referidas disciplinas cursadas serão registradas no histórico escolar;
3. Seminários, mesas redondas, painéis programados;
4. Feiras científico-culturais promovidas pelo curso ou pelo IFCE *Campus Tianguá*;
5. Curso de extensão na área de conhecimento do curso;
6. Curso de leitura e interpretação em língua estrangeira;
7. Oficinas de Física e/ou de produção de material didático;
8. Atividades de voluntariado em eventos diversos do curso;
9. Ações de caráter comunitário;
10. Curso de extensão em línguas estrangeiras;
11. Curso de libras.

A conclusão do Curso de Licenciatura em Física está condicionada ao cumprimento das Atividades Complementares, as quais serão computadas no Histórico Escolar sob a sigla genérica de “Atividade Complementar”.

**CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES**

O aproveitamento de estudos é contemplado pela legislação educacionalbrasileira. A Lei 9.394/96 dispõe: Art. 47 § 2º - Os alunos que tenham extraordinárioaproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos

de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão terabreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas deensino.

O direito ao aproveitamento de disciplina e à validação de conhecimentos dosdiscentes do Curso Superior de Licenciatura em Física, estão ancorados no que preconiza os capítulos

III e IV do Regulamento da Organização Didática (ROD), do Instituto Federal deEducação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

O aproveitamento de estudos, bem como a validação deconhecimentos/saberes adquiridos em estudos regulares e/ou em experiênciaprofissional, obedecerá aos critérios estabelecidos pelo já referido ROD (IFCE, 2015).

**Do extraordinário aproveitamento de estudos**

O aproveitamento extraordinário de aproveitamento de estudos é contemplado no Art. 146. O estudante de graduação que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração dos seus cursos (LDB Nº. 9. 394/96 art. 47, § 2º).

Parágrafo único: Caberá à Proen normatizar o disposto neste artigo por meio de regulamentação específica.

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é, primeiramente, uma disciplina curricular do Curso de Licenciatura em Física do IFCE - *Campus Tianguá*. Será ofertada no último semestre letivo do curso e cadastrada no nome do coordenador do curso que ficará responsável pelos registros de atividades e notas que serão repassadas pelos orientadores, professores da própria instituição, com reconhecido conhecimento na área. Em segundo lugar, TCC é também o nome dado ao texto acadêmico – uma monografia – que deverá ser entregue pelo aluno ao final da disciplina homônima.

O aluno deverá matricular-se na disciplina de TCC e desenvolver o trabalho homônimo sob a orientação de um professor do curso, o qual será designado pela Coordenação do Curso de Física para essa finalidade. O tema específico do trabalho será de livre escolha do discente, desde que tenha relação com: (1) a área de ensino de Física, em nível Fundamental e/ou Médio, teórico e/ou experimental; ou (2) temas da Educação; ou (3) divulgação científica; ou (4) pesquisas nas áreas de Física e/ou Física-Matemática.

O cumprimento da disciplina terminará com uma apresentação pública do trabalho, o TCC, produzido pelo aluno, ocasião em que haverá a avaliação por uma Banca Examinadora, constituída por três membros: um professor do IFCE (obrigatoriamente orientador da pesquisa e presidente da Banca) e por dois professores (do IFCE ou convidados de outras Instituições), que serão definidos concordemente pelo professor-orientador e seu orientando. Os pedagogos e os Técnicos em Assuntos Educacionais do IFCE também poderão compor as bancas examinadoras, desde que suas formações sejam compatíveis com a área do trabalho avaliado.

O aluno somente obterá o grau de Licenciado em Física se for aprovado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, bem como na avaliação da Banca Examinadora que analisará o trabalho e a apresentação supracitados.

As normas pertinentes à monografia do TCC encontram-se no ANEXO II deste projeto.

**EMISSÃO DE DIPLOMA**

O estudante poderá colar grau, devendo ser-lhe conferido o diploma de Licenciado em Física, após concluirtodos os componentes da matriz curricular, comprovar as atividades complementares, apresentar o trabalho de conclusão de curso e estar regular junto ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

**AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO**

A avaliação externa do Curso Superior de Licenciatura em Física será realizada pelo mecanismo avaliador do MEC, isto é, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), previsto no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). O curso também será avaliado indiretamente pela sociedade em que estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

Internamente, a avaliação será baseada no levantamento de diversos indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados poderão permitir o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e discentes com o trabalho e envolvimento relacionados ao curso. Tais indicadores servirão de norteamento para as futuras ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e também do Plano de Ação Anual (PAA) da Instituição. A coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), bem como o Colegiado do Curso, têm um importante papel no processo de avaliação interna.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o Curso de Licenciatura em Física também é autoavaliado no contexto do próprio IFCE. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) institucional fica com essa responsabilidade, em consonância com a lei nº 10.861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

A participação do corpo discente nesse processo se dá através da realização periódica de avaliações das disciplinas, através de questionários direcionados à comunidade acadêmica, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e autorrealização dos envolvidos no Curso e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

**POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO**

Dentro do contexto de articulação dos documentos do IFCE, a política institucional se encontra de acordo com o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Regimento Geral, no Estatuto e no Projeto Pedagógico de Curso que têm a filosofia básica de que o aluno se constitui no centro do processo da relação institucional ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, a Política Institucional de Ensino prioriza a sólida formação profissional e de cidadania e um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber e contribui para um aprendizado alicerçado na tríade: ensino, pesquisa e extensão. O curso de Licenciatura em Física do IFCE - Tianguá contempla conteúdos e atividades dos Eixos de formação básica, da formação profissional, de formação de estudos quantitativos e da formação complementar.

Busca também que a formação teórica esteja aliada às práticas e à combinação de enfoques dos temas gerais e específicos definidos nos programas de Disciplinas do Curso, não se esquecendo de que as questões de ordem metodológica e pedagógica são objeto de atenção permanente. A ação didático-pedagógica é voltada à formação de um profissional capaz de formular e de resolver problemas, de questionar e reconstruir realidades em âmbito interno, regional ou nacional, sobretudo pela formação crítica que se pretende esboçar na construção plena dos cursos do IFCE.

O Plano de Desenvolvimento Institucional contempla ações que refletem diretamente no Curso de Licenciatura em Física: políticas de Atendimento aos discentes, formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro, estímulos a permanência, organização estudantil, acompanhamento dos egressos. Quanto à organização didático-pedagógica, o PDI atende o Curso Superior em Física com as seguintes políticas: práticas pedagógicas, políticas de estágio, prática profissional e atividades complementares, políticas e práticas de educação à distância, políticas de educação Inclusiva, oferta de cursos e programas de Iniciação Científica e de Extensão.

**APOIO AO DISCENTE**

**Programas de apoio pedagógico e financeiro**

A Assistência Estudantil do IFCE objetiva garantir a igualdade de oportunidades no acesso, na permanência e na conclusão de curso dos estudantes no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), promovendo, desse modo, por meio da redução das taxas dos principais fatores geradores da retenção e evasão escolares, a democratização do ensino e a inclusão social por meio da educação.

Ancorada no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007) e no Decreto Nº 7234/2010-PNAES, a Assistência Estudantil no IFCE é desenvolvida sob a forma de serviços, auxílios e bolsas, sendo que os dois últimos são regidos por regulamentos próprios que norteiam o processo de seleção e de acompanhamento para a sua concessão. Dentre as ações de Assistência Estudantil, o IFCE disponibiliza atendimento social e psicológico aos estudantes por meio dos departamentos de Serviço Social e Psicologia Escolar, que possuem a atribuição de realizar o planejamento e a execução direta das atividades inerentes a Auxílios e Bolsas de Assistência Estudantil, tais como a realização de entrevistas, visitas domiciliares, análises de processos, emissão de pareceres, atendimento diário, reuniões com discentes e acompanhamento acadêmico dos beneficiários.

Os auxílios são disponibilizados para os discentes na forma de pecúnia, após a realização dos procedimentos de seleção estabelecidos em Edital ou Informativo, sendo concedidos nas seguintes modalidades:

* Transporte: destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com transporte;
* Alimentação: destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com alimentação. Nesse caso é necessário que o discente, tenha atividade acadêmica em dois turnos, na instituição;
* Moradia: destinado aos alunos domiciliados em outro Estado, Município ou Distrito fora da sede do *campus* onde estuda, com dificuldades para custear despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais;
* Discentes mães e pais: destinado aos alunos com dificuldades para subsidiar despesas com filhos sob sua guarda, até 12 anos, durante os meses letivos;
* Auxílio óculos/lentes corretivas: destinado a alunos com dificuldades para custear aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares;
* Auxílio Visitas e Viagens Técnicas: destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos;
* Auxílio Acadêmico: destinado a contribuir com as despesas dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem, tais como: eventos científicos, de extensão ou sócio estudantis;
* Auxílio Didático-pedagógico: destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem;
* Auxílio-EJA: destinado a subsidiar despesas com deslocamentos e outras despesas dos discentes dos programas inseridos na modalidade de ensino de jovens e adultos, durante os meses letivos.

O Programa de Bolsas do IFCE objetiva o engajamento do educando nas ações de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver atividade compatível ao curso ao qual se encontra matriculado no IFCE, subsidiando a sua formação. Submete-se aos critérios socioeconômicos estabelecidos no PNAES e em legislação própria. A bolsa é repassada ao estudante em forma de pecúnia e possui acompanhamento direto realizado pelas Coordenadorias de Serviço Social dos campi.

No desempenho das atividades inerentes à política de auxílios e bolsas, o Serviço Social busca contribuir na promoção do desenvolvimento pleno e da permanência dos discentes, colaborando para a formação acadêmica e ingresso no campo profissional, cumprindo assim com sua missão institucional. A busca pela elevação na qualidade dos serviços apresenta-se desafiada pela necessidade de melhoria das condições de trabalho, aprimoramento dos processos e ampliação do quadro de profissionais, visando, desse modo, a consecução dos objetivos da Assistência Estudantil como direito.

**Estímulos a permanência**

Com o intuito de minimizar a evasão escolar, o IFCE adota algumas estratégias como:

* Nivelamento através da oferta de disciplinas básicas no primeiro período dos cursos;
* Oferta de cursos básicos das disciplinas onde são constatadas as maiores dificuldades de aprendizagem;
* Oferta de cursos de extensão para complementação dos estudos;
* Atendimentos psicológicos nas modalidades de urgência, intervenção em crise e acompanhamento aos discentes;
* Mediação de conflitos entre aluno e professor, em parceria com o Serviço Social;
* Realização de encontros de Orientação Profissional que têm por objetivo auxiliar o aluno no processo de escolha profissional, incentivando sua autonomia e a responsabilidade na tomada de decisão;
* Realização de acolhida a novos alunos e encontros que visam aumentar a interação entre os discentes;
* Desenvolvimento de programas de natureza assistencial, cujo objetivo maior é ampliar as condições de permanência dos jovens no ensino técnico e superior da rede pública federal;
* Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Ressalte-se que os programas de natureza assistencial, visam minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social através da educação.

As ações de assistência possuem dois eixos norteadores, sendo o primeiro definido como serviços que visam atender a todos os discentes. O segundo são os auxílios que se destinam ao atendimento prioritário ao discente em situação de vulnerabilidade social. Há o acompanhamento permanente das Coordenações Pedagógicas no sentido de detectar os problemas recorrentes que interferem na permanência dos alunos na instituição, e, consequentemente, o planejamento e execução de ações que visem garantir a permanência dos discentes no IFCE.

### Organização estudantil

### 

A Organização Estudantil ocorre por meio da reunião de estudantes em entidades independentes dotadas de estatutos próprios, como Grêmios, Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos. A organização dessas entidades no IFCE observam as disposições estabelecidas na Lei 7.398/1985.

Considerando o direito de organização dos estudantes em entidades autônomas, cabe à instituição escolar o apoio ao movimento estudantil. Dessa forma, os estudantes são incentivados a participar de entidades coletivas e representativas e ainda convidados a integrar os conselhos de pesquisa, conselhos de curso, conselhos acadêmicos e conselho superior do IFCE.

No âmbito da Diretoria de Assuntos Estudantis, os estudantes encontram suporte para sua organização. Nesse sentido, a Diretoria atua como articuladora das Pró-reitorias e representações estudantis para a elaboração de políticas relacionadas aos estudantes. Além disso, articula-se com o Diretório Central dos Estudantes, Grêmios e Centros Acadêmicos na produção de eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos

**Corpo docente**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **NOME DO DOCENTE** | **TITULAÇÃO** | **R.T.** | **VÍNCULO** | **ÁREA** |
|  | Alex Sander Barros Queiroz | Doutor | 40h/DE | Efetivo | Física |
|  | Antonio Francisco Canuto do Nascimento Rodrigues | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Matemática |
|  | Antonio Nelson Teixeira Moreno | Especialista | 40h/DE | Efetivo | Libras |
|  | Carlos Walkyson Assunção Silva | Especialista | 40h/DE | Efetivo | Matemática |
|  | Dogival Alencar da Silva | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Pedagogia |
|  | Emias Oliveira da Costa | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Letras |
|  | Felipe Moreira Barboza | Doutor | 40h/DE | Efetivo | Física |
|  | Francisco Florêncio Batista Junior | Doutor | 40h/DE | Efetivo | Física |
|  | Francisco Welves Pereira Maia | Graduado | 40h/DE | Efetivo | Biologia |
|  | Hamilton Victor da Silva Junior | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Física |
|  | Jackson Nunes e Vasconcelos | Doutor | 40h/DE | Efetivo | Química |
|  | Maria Artemis Ribeiro Martins | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Pedagogia |
|  | Maria Erlene Vieira Matos | Especialista | 40h/DE | Efetivo | Educação Física |
|  | Paulo Henrique Calixto Moreira Monteiro | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Letras / Inglês |
|  | Samantha Macedo Lima | Mestre | 40h/DE | Efetivo | Pedagogia |

**Corpo técnico-administrativo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº** | **NOME DO TÉCNICO** | **CARGO** |
|  | Anna Karine Paiva Bezerra | Auxiliar de Biblioteca |
|  | Ariane Sales Costa | Pedagoga |
|  | Benedito Gomes Rodrigues | Psicólogo |
|  | Bergson de Menezes Gondim | Técnico de Laboratório (Informática) |
|  | Ewerly Magna de Sousa | Bibliotecária |
|  | Francisca Beatriz da Silva Sousa | Técnica em Assuntos Educacionais |
|  | Francisco Célio da Silva Santiago | Pedagogo |
|  | Francisco Douglas Ferreira da Silva | Técnico em T.I |
|  | José Gomes de Queiroz Filho | Auxiliar em Administração |
|  | Katiana Macedo Cavalcante de Paula | Pedagoga |
|  | Leonardo Martins Das Chagas | Assistente Social |
|  | Lucas Pereira de Alencar | Técnico de Laboratório (Biologia) |
|  | Maria de Jesus do Nascimento | Assistente de Alunos |
|  | Moacira Lopes Carvalho | Técnica em Enfermagem |
|  | Raimundo Ferreira Maia Junior | Assistente de Alunos |
|  | Rosilane Macedo Ferreira | Auxiliar de Biblioteca |
|  | Silvana Maria Maciel Mudo | Enfermeira |
|  | Suelli Maria Carneiro Prado | Nutricionista |
|  | Willamys Gomes Fonseca Araújo | Técnico de T.I |

**INFRAESTRUTURA**

O Curso de Licenciatura em Física funcionará nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (*campus* de Tianguá), nas salas de aula, nos Laboratórios de Física, Informática e nos demais espaços da Instituição.

**Biblioteca**

A biblioteca do IFCE – *Campus* Tianguá foi criada para atender a alunos, servidores técnico-administrativos, docentes e a comunidade, com objetivos de promover o acesso e a disseminação do saber como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Ela funciona das 08:00 h às 21:30 h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. O setor dispõe de 04 servidores, sendo 02 bibliotecárias e 02 auxiliares de biblioteca.

Aos usuários vinculados ao *Campus* e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio.

A biblioteca dispõe de ambiente climatizado, boa iluminação, acessibilidade e serviço de referência, 02 salas de estudo em grupo, computadores com acesso à Internet, conexão wi-fi para equipamentos pessoais e espaços disponíveis para os alunos realizarem estudos. O espaço comporta, por vez, aproximadamente 30 alunos bem acomodados.

Com relação ao acervo, ele está em fase de ampliação, no entanto já conta com cerca de 800 títulos, 3708 exemplares e os periódicos da CAPES. Todo o acervo está catalogado, informatizado e protegido com sistema antifurto.

É interesse do IFCE – *Campus* Tianguá atualizar o acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente e pela implantação de novos cursos. O objetivo é garantir a proporção de um exemplar de cada título para cada quatro alunos matriculados da bibliografia básica e no mínimo dois exemplares de cada título da bibliografia complementar.

**Infraestrutura física e recursos materiais**

O *campus* de Tianguá possui área de 75.000 m². A estrutura compreende um complexo de quatro prédios: um administrativo, um com atividades administrativas e laboratórios, um didático e o ginásio poliesportivo.

**Distribuição do espaço físico existente para o curso**

|  |  |
| --- | --- |
| **Dependências** | **Quantidade** |
| Auditório | 01 |
| Banheiros | 10 |
| Biblioteca (Sala de Leitura/Estudos) | 01 |
| Controle Acadêmico | 01 |
| Recepção | 01 |
| Sala Direção Geral | 01 |
| Sala Direção de Ensino | 01 |
| Sala para Professores | 01 |
| Sala para Audiovisual | 01 |
| Salas de Aulas para o curso | 14 |
| Vestiários | 02 |
| Ginásio Poliesportivo | 01 |
| Laboratório de Informática | 02 |
| Laboratório de Física | 02 |
| Laboratório de Química | 01 |
| Laboratório de Biologia | 01 |
| Setor de Enfermagem | 01 |
| Sala de Assistência Social | 01 |
| Cantina | 01 |
| Estacionamento | 01 |

**Infraestrutura de laboratórios**

**Laboratórios básicos**

Atualmente estão disponíveis três laboratórios básicos, que são os laboratórios de Informática, laboratório de Química e laboratório de Biologia

**Laboratórios específicos do curso**

Está disponível aos alunos o Laboratório específico de Física Experimental. Neste laboratório são realizadas as práticas de todas as disciplinas experimentais de Física assim como práticas extras realizadas ao longo do curso.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 1996. Versão atualizada no endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L9394.htm. Acesso 28 julho de 2016.

MARTINS, E. S. **Formação contínua e práticas de leitura**: o olhar do professor dos anos finais do ensino fundamental. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

**Resolução CNE/CP n° 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e graduação plena.

**Resolução CNE/CP n° 02**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

**Resolução CNE/CES 9,** de 11 de março de 2002, Conselho nacional de educação, Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

**Resolução CNE/CP 9/2001,** de 18 de janeiro de 2002, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, graduação plena.

**Resolução CNE/CP n° 01,** de 17 de junho de 2004, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação,Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ético-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

**Resolução CNE/CP n° 02,** de 15 de junho de 2012, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

**Parecer CNE/CP 21/2001,** de 6 de agosto de 2001, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.

**Parecer CNE/CP 28/2001,** de 18 de janeiro de 2002, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.

**Parecer CNE/CES 1.304/2001,** de7 de dezembro de 2001, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Física.

**Parecer CNE/CP n°03/2004,** de 10 demarço de 2004, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Nacionais Curricularespara a Educação das Relações Ético-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

**Parecer CNE/CES n° 15/2005,** de 13 demaio de 2005, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n° s 1/2002.

**Parecer CNE/CP n° 08/2012,** de 06 demarço de 2012, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

**Parecer CNE/CP n° 14/20124,** de 06de junho de 2012, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Ambiental.

**Decreto n° 4.281,** de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental, e dá outras providencias.

**Decreto n° 5.626,** de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental, e dá outras providencias.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**, Referenciais curriculares nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura, Brasília, 2010.

**PORTARIA/MS/SVS N°453,** Diário Oficial da União, 1998.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA: PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, FLORIANÓPOLIS, 2001.**

GAUTHIER, Clenmont. **Por uma Teoria da Pedagogia**: Pesquisas Contemporâneas Sobre o Saber Docente. Porto Alegre: UNIJUÍ, 1998.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1997.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote. 1992.

Gramsci, A. **A vitalidade de um pensamento**, Editora da Unesp, 1998.

VASCONCELOS, V. M. R. e VALSINER, J. **Perspectiva co-construtivista na psicologia e na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

**Portaria 4.059/MEC,** de 10 de dezembro de 2004.

**Parecer CNE/CP n° 02,** de 9 de junho de 2015.

**Ementas e bibliografias – PUD**

PUDs em anexo

**ANEXOS**

**DIRETORIA DE ENSINO / DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**COORDENAÇÃO DO CURSO:**

**PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

**bbb**

**ANEXO II**

**Normas para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)**

**Art.1º.** Os alunos do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* de Tianguá deverão elaborar um texto acadêmico em forma de monografia – que poderá abordar acerca da sistematização de experiências de estágio, ensaio teórico, exposição de resultados de pesquisas bibliográficas ou de campo ou um trabalho de pesquisa científica em uma área do curso – a ser submetido a uma Banca Examinadora, apresentado em texto e oralmente.

**Art.2º.** A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso é exigência legal e requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Física.

**Art.3º.** Poderão apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso os alunos que tiverem cumprido as disciplinas da matriz curricular, exceto as disciplinas do último semestre que deverão estar sendo cursadas junto com o TCC.

**Art.4º** As atividades necessárias ao desenvolvimento do TCC poderão ser realizadas a partir das disciplinas que constituem a Matriz Curricular do Curso.

**Da elaboração e apresentação do TCC**

**Art. 5º.** O TCC deverá versar sobre um tema relacionado às áreas de conhecimento pertinentes ao Curso de Física, à escolha do aluno, desenvolvido em, no mínimo, 30 (trinta) páginas digitadas em computador, obedecendo às normas do IFCE em vigor para a elaboração de trabalhos monográficos.

**Art. 6º.** O aluno matriculado na disciplina TCC deverá entregar ao Setor de Estágio e ao seu orientador, no prazo fixado, as cópias do seu TCC para serem entregues aos examinadores.

**Art.7º.** O TCC será entregue em 3 (três) exemplares impressos e/ou em formatos “.doc” ou “PDF”, conforme solicitação dos avaliadores, acompanhados da *Declaração de Aceitação do TCC* (modelo em anexo), dentro do prazo estabelecido pelo Setor de Estágio.

**Art. 8º.** O aluno que não apresentar o TCC nos prazos previstos neste Regulamento ficará impossibilitado de colar grau, devendo matricular-se mais uma vez na disciplina.

**Parágrafo Único**. Após a apresentação e aprovação o aluno terá 30 (trinta) dias para fazer as correções sugeridas e entregar duas cópias da versão definitiva, uma impressa e encadernada em capa dura e outra em *CD-room*, para compor o acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso do IFCE.

**Da banca examinadora**

**Art. 12º.** O aluno defenderá oralmente o seu TCC perante Banca Examinadora, constituída por três membros: um professor do IFCE (obrigatoriamente orientador da pesquisa e presidente da Banca) e por dois professores (do IFCE ou convidados).

**§ 1º.** As Bancas Examinadoras serão organizadas pela Coordenação do Curso ou pelo professor-orientador do TCC.

**§ 2º.** Os professores da Banca deverão pertencer, preferencialmente, aos quadros do IFCE - *Campus* de Tianguá, em especial aqueles que ministram as disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Física.

**§ 3º.** A Banca Examinadora poderá conter mais de três membros, será facultativo ao professor orientador acrescentar mais membros. Neste caso o aluno entregará o número de cópias conforme seja o número de membros da Banca Examinadora.

**§ 4º.** Os membros da Banca Examinadora serão informados da sua nomeação com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias, por meio de documento no qual constará o nome do aluno, o título do trabalho, o nome do professor orientador, a composição da Banca, o dia, a hora e o local da apresentação do trabalho. Cada integrante receberá uma cópia do TCC a ser avaliada.

**Do professor-orientador**

**§ 1º.** Cada professor-orientará, no máximo, seis alunos, devendo proceder à orientação nas dependências do IFCE – *Campus* Tianguá, em horários previamente estabelecidos e de modo a verificar o desenvolvimento do trabalho pelo menos uma vez a cada quinze dias, com orientações individuais e coletivas.

**§ 2º.** Os professores-orientadores comunicarão ao Setor de Estágio o descumprimento destas normas, em especial quanto à assiduidade do orientando e ao acompanhamento do trabalho, caso em que não poderá ter o seu TCC submetido à Banca Examinadora no mesmo período, ficando impossibilitado de colar grau no período previsto.

**Da defesa**

**Art. 10**. A defesa do TCC perante a Banca Examinadora obedecerá às seguintes regras:

a) instalada a Banca, o seu presidente, o professor orientador, dará ao aluno de vinte a cinquenta minutos para fazer a apresentação oral do trabalho;

1. em seguida, o presidente passará a palavra aos examinadores para procederem às suas considerações e questionamentos;
2. após cada examinador, o aluno responderá sobre suas considerações e questionamentos;

d) o presidente fará também sua arguição;

e) e por fim o aluno fará suas considerações finais.

**§ 1º.** Esse procedimento poderá ser modificado pela Banca, e todos os examinadores poderão fazer suas considerações para o aluno responder ao final.

**§ 2º.** Terminado o exame, a Banca reunir-se-á secretamente para deliberar sobre a nota a ser conferida ao aluno e a lançará no Livro de Atas próprio para tal fim.

**§ 3º.** A Banca poderá condicionar a aprovação do TCC, atendendo a uma solicitação da Coordenação do Curso e/ou da Direção de Ensino. Neste caso, o trabalho será corrigido pelo aluno e no prazo de quinze dias novamente submetido à mesma Banca, dispensado o exame oral. Após nova análise a Banca decidirá pela aprovação ou não do TCC.

**§ 4º.** O aluno só poderá colar o grau se a Banca aprovar o seu TCC.

**§ 5º.** O aluno só poderá solicitar o diploma após entregar duas cópias de seu TCC ao acervo.

**Art. 11.** Os membros da Banca Examinadora atribuirão ao TCC nota de zero a dez, sendo aprovado o aluno que obtiver média aritmética igual ou maior que 7 (sete), relativa ás notas atribuídas pelos três examinadores.

**Da editoração**

**Art. 12.** O TCC deverá ser digitado e impresso em papel tamanho A4, obedecendo ao padrão seguinte:

Margens (a partir da borda da folha)

1. Esquerda: 3,0 cm;
2. Direita: 2,5 cm
3. Superior: 3,0 cm
4. Inferior: 2,5 cm

Espaços

1. Texto de parágrafo normal com espaçamento de 1,5 cm entrelinhas;
2. Texto de citações com quatro ou mais linhas devem ser recuados em 4,0 cm, em espaçamento simples.

Tipos de Fontes

1. Para trabalhos impressos e editorados em computador, fontes Arial ou Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Numeração de páginas

1. A numeração das páginas deverá constar no campo superior direito de cada página, em números arábicos, no mesmo tipo e fonte do corpo do texto.
2. As páginas correspondentes à capa, à folha de rosto, aos agradecimentos e ao sumário não devem ser numeradas.

**Da citação**

As citações, em notas de rodapé ou relacionadas após a Conclusão (Referências) devem obedecer às normas acadêmicas, no que diz respeito a autor, título da obra, local da edição, editora, data, e, quando couber, página e volume.

**Da formatação**

**Art. 13º** A apresentação do TCC deverá observar o seguinte padrão:

1. Capa – deve ser utilizada a capa na qual constarão, nesta ordem, o título, o nome do autor, o nome da instituição, o local e o ano;
2. Folha de rosto – da folha de rosto constam o título, o nome do autor, o nome do orientador, o nome da instituição, local, ano e o seguinte termo que deve ser justificado e à direita da folha: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Ceará para obtenção do título de Licenciado em Física. A este texto seguem o nome do professor orientador, o local e o ano;
3. Folha de aprovação – deve conter nome do autor, data da aprovação, Banca Examinadora:

* Nome do Professor Examinador-Orientador e sua Titulação
* Nome do Professor Examinador e sua Titulação
* Nome do Professor Examinador e sua Titulação

1. Agradecimentos – opcionais, devem estar logo após a folha de rosto;
2. Epígrafe – é uma citação opcional (frase, poesia, música, texto);
3. Sumário – obrigatório, contém os capítulos (e seus subcapítulos) e as respectivas páginas de início;
4. Resumo – obrigatório;
5. Desenvolvimento do trabalho – além de obedecer às regras do art. 12 deste Regulamento, o início de cada capítulo deve ocupar uma nova página;
6. Considerações finais – além de obedecer às regras do art. 12 deste Regulamento, deve ter início em nova página, como os capítulos;
7. Citação – as citações, em nota de rodapé ou relacionadas após a Conclusão (Referências) devem obedecer às normas acadêmicas, no que diz respeito a autor, título da obra, local da edição, editora, data e, quando couber, página e volume.
8. Referências – devem ser feitas de acordo com a norma vigente da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

**Das disposições gerais**

**Art. 14**. Os prazos sobre os quais delibera este Regulamento serão fixados pelo Setor de Estágio ou Coordenação do Curso na primeira semana de cada semestre letivo.

I. Os alunos que defenderão o Trabalho de Conclusão de Curso no período de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ deverão entregá-la, em três vias, com aceitação do professor orientador, até o dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no Setor de Estágio ou Coordenação do Curso.

II. Os trabalhos apresentados serão submetidos às Bancas Examinadoras a partir do dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

III. A avaliação do TCC deverá levar em conta: validade e importância social e acadêmica do conteúdo proposto; correção de linguagem e processos de desenvolvimento do trabalho; exposição oral; observância às normas do IFCE e da ABNT.

IV. A nota final será a média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores. Será aprovado o aluno que obtiver pelo menos a média 7 (sete).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Setor de Estágio ou Coordenação do Curso.

ANEXOSEnviado ao prof. Igor por e-mail no mesmo arquivo que os textos de PCC e de Estágio para padronização e numeração

**Formulários para estagiário**

REVER… ORGANIZAR… PADRONIZAR…

BUSCAR REFERÊNCIAS EM OUTROS PROJETOS

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**

**COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Tianguá, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de\_\_\_\_\_\_\_\_

Sr.(a) Diretor (a), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Solicitamos a Vossa Senhoria a oportunidade para o (a) aluno (a) ......................................................................................................, matriculado (a) no Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *campus* de Tianguá, realizar seu Estágio Curricular nessa instituição de ensino, no período de .............................................. a ........................................ de 20............

Certos da sua aquiescência à realização do referido Estágio, antecipadamente apresentamos nossos agradecimentos e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

...............................................................................................................

Coordenação do Curso de Licenciatura em Física

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

**Ficha de Controle de Frequência - Estágio do Curso de Licenciatura em Física**

**Registro de frequência**

Escola: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Estagiário (a): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Curso: Licenciatura em Física.

Semestre: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DATA** | **HORÁRIO** | **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** | **ASSINATURA DO (A) DIRETOR (A) OU REPRESENTANTE** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Total de dias letivos: \_\_\_\_\_\_\_ Total de carga horária: \_\_\_\_\_\_\_

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

LICENCIATURA EM FÍSICA

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTAGIÁRIO (A) - SEMESTRE: \_\_\_\_\_\_\_**

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Instituição em que estagia: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do (a) Diretor (a): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do (a) coordenador (a): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Série em que vai estagiar: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tianguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) estagiário (a)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do orientador do Estágio

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

LICENCIATURA EM FÍSICA

**ROTEIRO DO PLANO DE AULA - ANO LETIVO: \_\_\_\_\_\_\_**

ESCOLA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DISCIPLINA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ SÉRIE:\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_\_\_\_ TURNO\_\_\_\_\_\_\_\_

ESTAGIÁRIO (A): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TEMA/ASSUNTO:

OBJETIVO(S)

COMPETÊNCIAS/HABILIDADES

CONTEÚDOS

METODOLOGIA (organização e sistematização dos conhecimentos)

RECURSOS DIDÁTICOS

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

**Dados para o Diagnóstico da Escola-campo**

Estagiário (a): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº da matrícula: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço residencial: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Orientador do Estágio: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Escola-campo:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Município:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data da fundação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Horário de funcionamento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Número de salas de aula \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Níveis de ensino ministrados: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| TIPOS DE ENSINO | Nº DE ALUNOS |
| Educação Infantil |  |
| Ensino Fundamental I |  |
| Ensino Fundamental II |  |
| Ensino Médio |  |
| Ensino Profissionalizante |  |
| Educação de Jovens e Adultos |  |

1. Descrição da comunidade onde se localiza a instituição educacional (moradias, transportes, centros de lazer e cultura, comércio, serviços públicos e outros aspectos que julgar convenientes).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. Profissionais que trabalham na instituição educacional

|  |  |
| --- | --- |
| **TIPO DE FUNÇÃO** | **Nº DE PROFISSIONAIS** |
| * 1. Diretor |  |
| Vice-Diretor |  |
| Coordenador Pedagógico |  |
| Orientador Educacional |  |
| Professor |  |
| Serviços Gerais |  |
| Inspetor de Alunos |  |
| Segurança |  |
| Secretário |  |
| Merendeira |  |
| Zelador |  |
| Outros |  |

3. Descrição da instituição educacional (tipo de prédio, dependências, conservação, limpeza, merenda, biblioteca, laboratório, zeladoria, salas, ambiente dos professores, sala de vídeo e outros aspectos que julgar importantes).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4. Colegiados e organizações escolares:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TIPO** | **Nº DE COMPONENTES** | **O QUE FAZ** |
| Núcleo Gestor |  |  |
| Conselho Escolar |  |  |
| Grêmio Estudantil |  |  |
| Conselho de Classe/Série//Ciclo |  |  |

5. Resumo do Projeto Pedagógico da Instituição Educacional

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

6. Síntese da forma como a equipe gestora administra a Instituição Educacional.

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

7. Síntese da forma como a equipe pedagógica coordena as atividades didático-pedagógicas.

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

COORDENADORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

1. **Diário de Campo**

**Roteiro de Observação para a sala de aula - Dados para o Relatório.**

1) Quanto ao Plano da disciplina e/ou Plano de aula. (Se conheceu o Plano de Disciplina e ou Roteiro das aulas do (a) professor (a) observado (a). Se as atividades desenvolvidas durante as aulas foram planejadas ou trabalhadas de forma improvisada).

2) Quanto ao estudo da realidade. (Comentar se as aulas foram contextualizadas e problematizadas).

3) Quanto à organização e sistematização dos conhecimentos.

Comentar se houve

* clareza nas exposições;
* interação teoria-prática;
* utilização de recursos didático-pedagógicos;
* estratégias (in) adequadas.

4) Avaliação nas diferentes etapas. (Se os conceitos trabalhados foram avaliados durante a aula; se houve preocupação com a construção do conhecimento).

5) Quanto ao Professor. (Se foi claro na exposição do conteúdo; posicionou-se como expositor do conteúdo ou mediador de aprendizagem, procurando sondar inicialmente os conhecimentos prévios dos alunos sobre o conteúdo; se foi claro nos objetivos a atingir na aula; se possibilitou a interação dos alunos; se houve preocupação com a aprendizagem dos alunos; e se propiciou momento para esclarecimento de dúvidas).

6) Quanto aos alunos. (Apresentaram-se motivados, participativos, interessados e criativos ou se demonstraram indiferenças às aulas).

7) Recursos (materiais) didáticos para o aluno. (De que forma é utilizada, se existe livro didático ou apostila adotados; escrever sobre o material de pesquisa utilizado pelos alunos durante as aulas.

8) Bibliografia utilizada pelo professor. (De que forma ele a utiliza; se só para pesquisa e apoio, se o aluno tem acesso).

Outras observações relevantes:

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

**Anexo IV: Regulamento da Organização Didática (ROD) Será necessário?**

Conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2002, Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Estabelece a carga horária mínima nos curso de licenciatura, de graduação plena, 200 horas, conforme disposto no artigo 1º a seguir: 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoriaprática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científicocultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. Destacamos o foco pertinente deste tópico quanto ao inciso

IV, ao qual se refere a 200 horas, de atividades acadêmico-científico-culturais, compreendendo na formação do futuro professor como complemento de atividades de pesquisa, de extensão e de ações didáticas pedagógicas as quais compõem um componente de prática, de reflexão e de ação.

1. [↑](#footnote-ref-2)